



UniCEUB
Centro Universitário de Brasília

DANIELLI VIANA DE OLIVEIRA

ZAPATISMO, REDES E A INTERNET:
UMA REFLEXÃO SOBRE A INSURGÊNCIA POLÍTICA NA ERA DA
GLOBALIZAÇÃO

Brasília
2012

DANIELLI VIANA DE OLIVEIRA

ZAPATISMO, REDES E A INTERNET:
UMA REFLEXÃO SOBRE A INSURGÊNCIA POLÍTICA NA ERA DA
GLOBALIZAÇÃO

Monografia apresentada como requisito para a
conclusão do curso de Graduação de Relações
Internacionais da Faculdade de Ciências
Jurídicas (FAJS) do Centro Universitário de
Brasília, UniCEUB.

Orientador: Prof.º Frederico Seixas Dias

Brasília
2012

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha família, e em especial a minha mãe, por ter estado sempre ao meu lado, me apoiando e me guiando em todas as fases da minha vida. Por ser a minha melhor amiga e por nunca ter medido esforços para realizar os meus sonhos, sem mencionar todo o amor, carinho e dedicação que me deu ao longo da vida. Sem dúvida alguma, eu jamais teria conseguido realizar o sonho de me tornar uma internacionalista sem ela.

Agradeço, também, ao Professor Frederico Seixas Dias pela dedicação, pelo apoio e pela excelente e indispensável orientação, sem a qual não conseguiria realizar este trabalho.

E por fim, agradeço aos meus amigos (mesmo os que estão longe), e aos novos amigos que fiz ao longo do curso de Relações Internacionais e do estágio no Departamento da Europa – MRE, por todo o carinho, apoio, compreensão, pelas risadas e todos os momentos especiais, que jamais esquecerei.

*“Despierten todos - revolución
Con machetes - armanse
Ejércitos indios - zapatistas
Comandante Marcos - mandanos
Cubre tu cara - subteraneo
Son topos guerrilleros - revolución
Son topos locos!!! - revolución
Viva Zapata, Viva Chiapas
Viva Mexico, Viva la revolución!!!”*

(Revolución – Brujería)

RESUMO

O advento da globalização proporcionou notáveis benefícios para as relações entre os países, porém, também carrega consigo o peso das desigualdades sociais. Em decorrência do agravamento dessas desigualdades, alguns movimentos anti-globalização começaram a surgir. Muitos deles passaram a utilizar a internet como ferramenta de divulgação das suas ideologias, discursos e estratégias que viriam a ser utilizadas na guerra informacional travada contra os Estados, como foi o caso dos Zapatistas no México. O presente trabalho analisa como o movimento Zapatista tem se utilizado internacionalmente da internet para avançar seus interesses políticos. O objetivo geral deste estudo é mostrar como a mídia, em suas várias formas, é capaz de proporcionar uma visibilidade internacional para movimentos sociais iniciados no âmbito da sociedade civil. Para tanto, esta monografia trabalha com as idéias propostas pela Teoria de Gramsci, em especial, com a idéia de Guerra de Posição, criada pela organização de massa da classe trabalhadora para sitiar o aparelho do Estado com uma contra-hegemonia. Além disso, também será utilizada a Teoria de Robert Cox, em especial a idéia de que as mudanças na estrutura dos Estados podem alterar a problemática da Ordem Mundial, e a teoria de David Ronfeldt e John Arquilla, que nos mostra como o uso da informação através das redes pode se tornar uma ferramenta na guerra contra a desinformação e na demanda efetiva de direitos políticos, econômicos e sociais.

Palavras-chave: Globalização. Desigualdades. Movimentos anti-globalização. Zapatistas. Internet. Visibilidade Internacional. Guerra informacional.

ABSTRACT

The rise of globalization has remarkably benefited the international relations, but also implies the burden of social inequalities. As a result of the aggravation of such inequalities, antiglobalization movements began to upsurge. Many of them started to use the Internet as a means to publicize their ideologies, speeches and strategies and employ them in the information warfare waged against the nation States - just like the Mexican Zapatists did. This paper analyzes how the Zapatist movement has availed itself of the Internet to advance its political interests in the international level. It is the original purpose of this monograph to demonstrate how the media is, in its various forms, able to offer international visibility to social movements inducted into civil society. To this end, this paper resorts to the ideas proposed by Gramsci's theory, particularly the notion of Position War, created by working classes' mass organizations to besiege the State apparatus with counter-hegemonic impetus. Moreover, this dissertation also turns to Robert Cox's Theory, especially the idea that changes in the State apparatus may alter the logic of the world order, as well as to David Ronfeldt and John Arquilla's theory, which teaches us how the use of information in networks may become a useful tool in the war against disinformation and in the effective demand for political, economic, and social rights.

Keywords: Globalization; Inequalities; Anti-globalization movements; Zapatists; Internet; International visibility; Informational war.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1 A SOCIEDADE CIVIL EM REDE: CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A ANÁLISE	04
1.1 A contribuição de Antonio Gramsci para o pensamento político contemporâneo ...	04
1.2 Ampliando o alcance de Gramsci: Hegemonia e ordem na política mundial	09
1.3 Hegemonia em um mundo de redes globais: a capacitação de novos agentes na política mundial	13
2 DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE NA HISTÓRIA DO MÉXICO	19
2.1 Da independência à consolidação da centralização estatal	19
2.1.1 Um povo escolhe seu líder.....	22
2.1.2 A ditadura perfeita.....	25
2.2 O Estado Mexicano e sua inserção no mundo globalizado.....	27
2.3 A modernização do preconceito.....	33
2.4 A região mexicana de Chiapas... ..	35
2.5 O desenvolvimento do EZLN em meio à Selva Lacandona, região de Chiapas	39
3 A INSURGÊNCIA ZAPATISTA EM UMA SOCIEDADE EM REDE	43
3.1 As condições microssociais da violência política	43
3.2 “¡Ya Basta!”	47
3.3 Redes e a ampliação dos canais de diálogo político	51
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Com a ascensão de um bloco histórico no âmbito internacional e o surgimento de uma nova ordem mundial, o fenômeno da globalização, serviu como uma ferramenta para a expansão da hegemonia do novo modelo econômico. Apesar de ter proporcionado notáveis benefícios para as relações entre os países, a globalização também carrega consigo o peso das desigualdades, principalmente nos países periféricos.

Em decorrência disso, vários movimentos sociais – iniciados dentro de sociedades civis que se encontravam negligenciadas pelo processo de globalização – começaram a surgir e passaram a atuar como grupos denominados “contra-hegemônicos” ou “anti-globalização”, a fim de transformarem o sistema, na tentativa de deixá-lo mais sensível a valores sociais e com um caráter mais democrático. Alguns desses movimentos passaram a utilizar a internet como ferramenta, ao travarem verdadeiras guerras midiáticas contra os Estados, ganhando não só visibilidade internacional como o apoio de vários organismos internacionais e de pessoas em toda a parte do globo. O presente trabalho visa a responder o seguinte problema de pesquisa: “Como o movimento Zapatista tem se utilizado da internet internacionalmente para avançar seus interesses políticos?”, com base na teoria de Antonio Gramsci, que nos mostra que, por meio de uma “Guerra de Posição”, a sociedade civil organizada confronta a hegemonia da classe dominante.

A “Guerra de Posição” baseia-se na idéia de sitiar o aparelho do Estado com uma contra-hegemonia, criada pela organização de massa da classe trabalhadora e pelo desenvolvimento das instituições e da cultura da classe operária. Ela tem como definição a “luta pela consciência da classe operária”, pois a relação das forças políticas em uma sociedade depende dos vários “momentos” ou “níveis” de consciência política coletiva. Por isso, Gramsci enfatiza a importância dos intelectuais para o processo de mudança, pois serão eles que irão atuar na sua função de dirigir as idéias e aspirações da classe a qual pertencem – o Subcomandante Marcos, líder e porta-voz dos insurgentes zapatistas desempenhou (e desempenha até hoje) muito bem esse papel.

Além da teoria de Gramsci, esse trabalho também terá como base as teorias de Robert Cox – que afirma que as mudanças na organização da produção geram novas forças sociais que, por sua vez, trazem mudanças nas estruturas dos Estados. Essas forças sociais (que seriam a classe operária), as formas de Estado e as ordens mundiais estão inter-relacionadas, e, por isso, Cox afirma que a generalização das mudanças na estrutura dos Estados pode

alterar a problemática da Ordem Mundial. Foi o que os zapatistas fizeram ao transcenderem as fronteiras do Estado e chamarem a atenção para a causa indígena. E por fim, a teoria de David Ronfeldt e John Arquilla – que nos mostra como o uso da informação através das redes pode se tornar uma ferramenta na guerra contra a desinformação, chamada pelos autores de “*netwar*”. A “*netwar*” refere-se ao surgimento de um modo de conflito (e/ou crime) de nível social, que faz pouco uso da tradicional guerra militar, em que os protagonistas usam as redes para relatarem doutrinas, estratégias e tecnologias sintonizadas à era da informação. Foi o que ocorreu em meados dos anos 1990, quando, através da internet, os insurgentes do Exército Zapatista de Libertação Nacional travaram uma guerra informacional contra o governo mexicano.

Os zapatistas ou neo-zapatistas fazem parte de um movimento formado por camponeses, em sua maioria índios, que se organizaram na tentativa de solucionar uma crise social na região de Chiapas, no México.

Durante séculos, índios e camponeses foram explorados por colonizadores, burocratas e latifundiários, tendo suas terras expropriadas a mando do governo. Desde 1910, quando ocorreu a Revolução Mexicana – liderada por Emiliano Zapata –, os indígenas foram colocados à margem do processo de modernização e desenvolvimento do país. Mesmo Zapata tendo conseguido alterar a Constituição do México a favor dos camponeses e dos índios, e ter gerado o processo de reforma agrária, ao longo dos anos, os mesmos problemas relacionados ao negligenciamento dos direitos dos indígenas voltaram a ocorrer. O sonho de fazer com que o México se tornasse um país “de primeiro mundo” fez com que o presidente da época (1988-1994), Carlos Salinas de Gortari, reformulasse a Constituição – essa era uma das condições para que o México pudesse assinar e fazer parte do NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), junto com os Estados Unidos e o Canadá. Ao reformular o Artigo 27 da Constituição, o governo tirou o direito que os indígenas possuíam sobre as suas terras, conquistados em 1910, transformando-as em terras comerciáveis. Milhares de famílias passaram a morrer de fome e a viver em condições desumanas (NASCIMENTO, 2008).

Foi então que em 1º de janeiro de 1994 – mesma data em que Salinas assinava o Tratado – ocorreu a insurgência Zapatista. Jornais não só do México, como do mundo todo, passaram a divulgar as primeiras notícias a respeito do que estava acontecendo no país. O movimento passou a ganhar visibilidade internacional quando um jornal mexicano divulgou, na íntegra, o primeiro comunicado dos guerrilheiros indígenas em uma página da *web*. A curiosidade das pessoas pela causa da insurgência fez com que o movimento ganhasse milhares de simpatizantes pelo mundo, além de ganharem apoio de vários organismos

internacionais. A partir de então, os guerrilheiros do EZLN trocaram as suas armas militares por outras jamais usadas antes por movimentos de guerrilha: as redes. Ao travarem uma guerra contra a desinformação, o movimento chamou a atenção do mundo para a causa indígena e se tornou referência para diversos movimentos sociais que foram surgindo.

No primeiro capítulo, faremos uma análise teórica, com base na relevância das três teorias citadas para o tema que será analisado neste trabalho. O segundo capítulo abordará todo o histórico do movimento Zapatista, desde as suas raízes em Emiliano Zapata, passando pela ditadura, o desenvolvimento do EZLN na selva, até a insurgência no ano de 1994. Por fim, no terceiro capítulo, faremos um estudo sobre como se formou e processaram as redes no caso e qual seu impacto na estratégia e resultados do Zapatismo; como foi o processo de substituição das armas militares pela mídia – a partir da insurgência conhecida pela expressão ¡Ya Basta! –; além de analisarmos as redes e a ampliação dos canais de diálogo político desenvolvidos pelos Zapatistas, ao formarem uma rede transnacional de solidariedade mútua. O método que será utilizado para a realização deste trabalho será o “Método do Estudo de Caso”, por se mostrar mais eficaz ao ser aplicado a casos contemporâneos, em que não há um controle das variáveis, ou seja, quando o pesquisador detém pouco controle sobre os eventos. Os eventos sociais no caso dos Zapatistas acontecem dentro de um contexto social temporal, onde não é possível colocar tudo em um laboratório e reproduzir, como é feito ao utilizar o Método Comparativo, por exemplo.

1 A SOCIEDADE CIVIL EM REDE: CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A ANÁLISE

O presente capítulo irá analisar o poder da sociedade civil e dos movimentos sociais segundo a teoria de Antonio Gramsci, e a contribuição desta para o pensamento político contemporâneo.

Também mostrará que a partir do referencial de Gramsci, vários outros autores e teorias foram surgindo. Será feita uma exposição detalhada da teoria de Robert Cox, por este ter sido o pioneiro a desenvolver a forma de pensar de Gramsci e por tê-la aplicado a um contexto mais atual e ao âmbito internacional.

Por fim, será analisada a teoria de David Ronfeldt e John Arquilla sobre as redes e as guerras informacionais realizadas no cyberspaço, promovidas por movimentos sociais, organizações não-governamentais ou meros indivíduos no conforto de suas casas.

1.1 A contribuição de Antonio Gramsci para o pensamento político contemporâneo

No início do século XXI a sociedade civil organizada passou a ser um dos principais atores das relações internacionais. Hoje, milhares de ONG's foram criadas e várias outras instituições atuam para que inúmeros assuntos sejam colocados em pauta e sejam discutidos na agenda internacional.

No âmbito nacional, o Estado não pode ser reduzido apenas a uma burocracia responsável pela política externa ou às capacidades militares estatais. É necessário que ele tenha uma sociedade civil organizada e que desenvolva políticas públicas necessárias para que a população não tenha os seus direitos negligenciados. É com o consentimento dessa sociedade civil que o Estado se torna legítimo – e sem esse consentimento, a sua hegemonia é colocada em questionamento.

Segundo Carnoy (1994), Gramsci traz em sua obra, exatamente essa noção de Estado ampliado. Para o autor, a sociedade civil representa o fator ativo e positivo no desenvolvimento histórico – diferente de Marx, que em sua análise da economia política, acreditava que a economia política era fundamental para a compreensão da sociedade civil, pois o Estado, para o autor, era determinado pelas condições materiais de vida. Assim, o desenvolvimento das relações econômicas determinaria a organização e as estruturas políticas. O Estado (superestrutura) era subordinado à sociedade civil (estrutura), pois era ela

que o definia e estabelecia a organização e os seus objetivos, de acordo com as relações materiais de produção, num estágio específico do desenvolvimento capitalista.

A partir do conceito de sociedade civil para Marx e Engels, segundo Carnoy (1994) ou seja, a sociedade civil sendo o domínio das relações econômicas, Gramsci fez a sua análise e introduziu uma inovação na dialética marxista: para ele, a sociedade civil é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações tornam-se o centro da análise, e não a estrutura. Portanto, para o autor, a sociedade civil passa a ser considerada parte da superestrutura, e a partir desse conceito, Gramsci traz a noção de Estado ampliado.

Podemos, para o momento, fixar dois grandes “níveis” superestruturais: o primeiro pode ser chamado de “sociedade civil”, isto é, o conjunto de organismos vulgarmente denominados “privados”; e o segundo, de “sociedade política” ou do “Estado”. Esses dois níveis correspondem, de um lado, à função de “hegemonia”, que o grupo dominante exerce em toda sociedade; e, de outro lado, à “dominação direta” ou ao comando que é exercido através do Estado e do governo “jurídico”. (GRAMSCI, 1971, p. 12 apud CARNOY, 1994, p. 93).

A Hegemonia – que significa o predomínio ideológico das classes dominantes sobre a classe subalterna na sociedade civil (CARNOY, 1994) – se torna um conceito crucial para a sua teoria. Tamaña importância provém da situação histórica da Itália, mais precisamente em Turim, onde Gramsci, ao vencer um prêmio, se mudou para estudar literatura. A cidade passava por um rápido processo de industrialização, e as fábricas estavam recrutando trabalhadores de várias cidades da Itália. Os sindicatos foram se formando e ganhando força, e ao longo do tempo, vários conflitos sócio-trabalhistas começaram a surgir. Gramsci ao presenciar uma perspectiva de desenvolvimento tecnológico e industrial, e ao perceber que havia uma possibilidade da sua pátria tornar-se uma sociedade progressista, acabou por sensibilizar-se e passou a frequentar grupos comunistas (ainda jovem, ao ler Marx, viu que “a industrialização era um passo preliminar para a revolução proletária”). Com isso, Gramsci passou a atuar como líder intelectual em um movimento proletário de massa, onde suas palavras começaram a causar muito impacto. Porém, com o fracasso do movimento e a ascensão de um fascismo reacionário apoiado por grande parte da população, o autor percebeu que os partidos rivais conservadores – cuja proposta era preservar e promover o capitalismo –, saíram-se bem melhor do que os partidos das classes trabalhadoras, que eram explicitamente

comprometidos com a defesa e liberação das classes subalternas. Ao tentar explicar como isso ocorreu, Gramsci, acabou por conceituar o significado de hegemonia.

Portanto, o conceito de Hegemonia – principal idéia de sua teoria –

compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados. (CARNOY, 1994, p. 95).

A hegemonia não é uma força coercitiva, ela é concedida pela classe dominada (esse conceito pode ser usado também como uma estratégia alternativa para a derrubada do Estado burguês e a construção do socialismo). Porém, quando o Estado (aparelho repressivo da burguesia) e as classes dirigentes – os dirigentes sendo aqueles que tomam as decisões pela sociedade como um todo, fazendo com que os dirigidos as aceitem ou não – passam a cometer atos impopulares e a negligenciarem os direitos dos cidadãos, o enfraquecimento da hegemonia concedida passa a ocorrer. A expressão política através de intensificado ativismo político de massas anteriormente passivas ocasiona o que por Gramsci é chamado de “enfraquecimento da hegemonia”.

Para que a classe dominada derrube o Estado burguês e se torne a classe dominante, é preciso que haja uma estratégia que confronte essa hegemonia, ao invés de uma “Guerra de Movimento”, ou seja, um ataque frontal para impor uma nova ideologia – pois para o autor, uma “abordagem” como essa não seria eficiente, visto que Estados autoritários tendem a cair perante a revolta da sociedade. Gramsci traz o conceito de “Guerra de Posição” exatamente para explicar como fazer isso. Ela se baseia na idéia de sitiar o aparelho do Estado com uma contra-hegemonia, criada pela organização de massa da classe trabalhadora e pelo desenvolvimento das instituições e da cultura da classe operária. Ela é a luta pela consciência da classe operária; consciência essa que é ingrediente chave no processo de transformação.

Gramsci discorre, ao final de sua teoria, sobre a importância dos intelectuais para o Estado e/ou para os partidos revolucionários, no processo de transformação radical. O papel dos intelectuais, depois do conceito de hegemonia, talvez seja uma das partes mais importantes do trabalho do autor.

Gramsci, segundo Carnoy (1994), se baseou nas teorias de Karl Kautsky e de Lênin, na qual Kautsky dizia que os intelectuais estavam em uma posição superior dentro do partido socialista, em relação aos demais. Para Kautsky, a relação entre os intelectuais – que podem ser considerados os funcionários da superestrutura – e os trabalhadores era de líderes e

liderados e por isso, havia uma divisão hierárquica que os colocava em uma posição acima da massa de trabalhadores não-intelectuais, com base na superior capacidade para liderança teórica e ideológica. Lênin dizia que esse pensamento deveria ser posto de lado, e argumentava que o partido de vanguarda, que faria surgir a consciência da massa de trabalhadores, seria composto por antigos operários e antigos intelectuais burgueses. Porém, o partido de Lênin continuava colocando esses intelectuais em uma posição superior aos demais trabalhadores, os quais ele dizia serem incapazes de gerar teorias e liderança política consciente. Gramsci criticava Kautsky, porque, em sua visão, os intelectuais poderiam ser divididos em dois tipos: os intelectuais tradicionais, relacionados a profissionais literários, científicos, etc, que derivam, em última análise, de relações de classe passadas e presentes e esconde uma vinculação a várias formações históricas de classes. Eles pertencem à classe dominante, são a parte pensante, onde a ideologia que resultará em uma relação de aceitação pela sociedade é formulada. Entretanto, cada classe produz seus intelectuais “organicamente” – “isto é, intelectuais de sua própria classe, que atuam para construir a hegemonia daquela classe” (CARNOY, 1994, p. 114). A classe dominante, para poder dar homogeneidade e auto-consciência para o grupo dominante, também procura nas classes subordinadas intelectuais adicionais. Para Gramsci, esses intelectuais se distinguem dos demais – não profissionalmente de seus correlatos orgânicos – pois eles deixam de ser organicamente ligados à sua classe de origem.

Porém, para Gramsci, a segunda categoria de intelectuais era, em sua opinião, a mais importante; pois para ele, “qualquer pessoa que seja possuidora de uma capacidade técnica específica – o elemento pensante e organizador de cada classe social” (CARNOY, 1994, p. 115) – pode vir a se tornar um intelectual “orgânico”, que atue na sua função de dirigir as idéias e aspirações da classe a qual pertence. Discorrendo ainda sobre essa nova definição de intelectuais, Gramsci afirma que esses intelectuais não podem ser diferenciados pelo seu trabalho, característico de sua classe.

Todo homem, enfim, fora de sua atividade profissional, exerce algum tipo de atividade intelectual, ele é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, ele participa de alguma concepção de mundo, tem uma linha consciente e conduta moral e por isso contribui para sustentar uma concepção de mundo ou para modificá-la, isto é, para suscitar novos modos de pensar. O problema da criação de uma nova camada de intelectuais consiste, então, na elaboração crítica da atividade intelectual que existe em cada um num certo grau de desenvolvimento, modificando seu relacionamento com o esforço neuro-muscular na direção de um novo equilíbrio e garantindo que o

próprio esforço neuro-muscular, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que perpetuamente inova o mundo social e físico, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo. (GRAMSCI, 1971, p. 9 apud CARNOY, 1994, p. 115)

A estratégia da classe dominante é tentar reunir todos esses intelectuais para garantir que com essa homogeneidade instaurada, a sua hegemonia seja, de fato, concretizada, de modo que as classes dominadas aceitem a sua ideologia, e principalmente, não a contestem. Essa estratégia também poderia ser usada pelos partidos políticos revolucionários, que fazem parte do processo de transformação. Gramsci afirma que esses partidos deveriam estimular os intelectuais provenientes do proletariado e intelectuais proletários orgânicos, através das funções educacionais do partido, pois eles são de longe os mais importantes para o sucesso do processo revolucionário. Esses intelectuais são “os pensadores-organizadores com uma concepção de mundo consciente que transcende seus interesses de classe” (CARNOY, 1994, p. 115). Ao fundirem os intelectuais acima citados, com os intelectuais profissionais burgueses descontentes e os intelectuais profissionais, o resultado seria um partido indestrutível – essa foi a lógica utilizada pelo movimento Zapatista no México, em meados dos anos 1994. Mesmo não sendo um partido revolucionário, os guerrilheiros do Exército Zapatista de Libertação Nacional, o EZLN, integraram-se ao movimento a força de intelectuais (como o líder e porta voz do grupo, o Subcomandante Marcos) que, através de uma guerra de posição por meio das palavras, conseguiram chamar a atenção da sociedade mexicana e de pessoas do mundo todo, integrando-os aos processos de tomada de decisões políticas.

Gramsci, portanto, acreditava em um partido e em uma estratégia baseada na idéia de que “todos os homens são ‘filósofos’” – ao contrário de Lênin que, além de colocar os intelectuais em uma posição superior aos trabalhadores, ainda afirmava que eles eram incapazes de gerar teorias e liderança política consciente. Essa era então, a principal diferença entre eles, pois

Gramsci [...] acreditava nas qualidades intelectuais das massas e em sua capacidade para criar, elas mesmas, a hegemonia de sua classe, ao invés de verem isso feito em nome delas por um partido de vanguarda, de elite ou por uma elite burocrática responsável pelas teorias e táticas revolucionárias. (CARNOY, 1994, p. 117).

O autor mostrou em sua teoria a importância dos intelectuais para a sociedade civil, e como esta – estando bem organizada – tem o poder de mudar os rumos da política proveniente de uma classe dominante (que muitas vezes, através do Estado, negligencia os direitos da população, e realiza o que por Gramsci é chamado de “revolução passiva”; onde o Estado, através de pequenas reformas, oferece à população, visivelmente descontente, uma solução momentânea de alguns problemas. O resultado desta ação é a satisfação – também momentânea – da população, que passa a não mais oferecer perigo à hegemonia dessa classe).

O processo de transformação só é possível através da consciência da classe dominada. Por tanto, para Gramsci,

a própria consciência torna-se a fonte de poder para o proletariado, por sitiar o Estado e os meios de produção, assim como a falta de consciência é a principal razão pela qual a burguesia permanece em sua posição dominante. (CARNOY, 1994, p. 117).

1.2 Ampliando o alcance de Gramsci: Hegemonia e ordem na política mundial

A partir do referencial de Gramsci, vários autores foram surgindo, a fim de aplicar a sua teoria a um contexto mais atual, e principalmente, ao âmbito internacional. Segundo Ramos (2005), várias perspectivas foram sendo criadas, e conseqüentemente, foram ganhando nomes e rótulos. “Historicismo Coxiano”, “Neogramscianismo”, “Transnacionalismo Gramsciano” são alguns exemplos.

Por ter sido o pioneiro nas análises neogramscianas, a teoria de Robert Cox é referência para muitos autores. Cox, segundo Ramos (2005), continuou a desenvolver a forma de pensar de Gramsci e tornou possível o surgimento de novas reflexões sobre o mundo e seus acontecimentos.

Segundo Ramos (2005), para Cox, o ponto de partida para a análise do funcionamento e dos mecanismos da hegemonia, seriam as relações de produção – é importante enfatizar que as relações de produção nesse caso, vão além do sentido econômico, englobando a produção e a reprodução de conhecimento e das relações sociais, da moral e das instituições, que para Cox, são pré-requisitos para a produção de bens físicos. Essas relações de produção dizem respeito aos modos das relações sociais de produção, que geram as forças sociais engajadas nesse processo. Com diferentes relações sociais de produção, aos poucos vão surgindo forças

sociais particulares, que se tornam a base do poder dentro do Estado, através dele e também, dentro de uma ordem mundial específica.

Uma análise então começa a ser feita, para se entender como relações sociais podem gerar forças sociais, como estas forças sociais podem se tornar a base do poder do Estado; e mais ainda, como essas formas de Estados podem moldar a ordem mundial – por isso que para Cox, a relação entre produção e poder é fundamental. O autor apresenta três pontos que representam as três esferas de atividade a constituir uma estrutura histórica: a organização da produção, com destaque para as forças sociais originadas pelo processo de produção; as formas de Estado, que dizem respeito aos complexos Estado/sociedade civil, historicamente contingentes; e as ordens mundiais, que são as configurações particulares de forças que definem sucessivamente a problemática da guerra e da paz. O relacionamento existente entre as três esferas de atividades possibilita representar o processo histórico através de uma configuração particular das estruturas históricas — porém, o ponto de partida para explicar o processo histórico pode variar. Além disso, dentro de cada uma dessas esferas existem ainda outros elementos que se combinam dialeticamente para constituir uma estrutura histórica: as idéias, que são entendidas tanto como significados intersubjetivos quanto como imagens coletivas acerca da ordem mundial; as capacidades materiais, que dizem respeito a recursos acumulados; e as instituições, que são o amálgama entre os dois elementos anteriores.

Esse quadro de análise desenvolvido por Cox teve como objetivo a análise de estruturas históricas que têm existido de tempos em tempos no sistema capitalista de produção. Seu ponto de partida para a análise é a ordem mundial, pois é a partir desse ponto que, em sua teoria, a hegemonia passa a desempenhar um papel, mesmo que de forma discreta.

Destarte, segundo Ramos (2005), o Estado é o local onde ocorrem os conflitos sociais e onde se dá a construção da hegemonia – por isso ele é uma entidade fundamental para as relações internacionais. Quando uma hegemonia é consolidada domesticamente, torna-se capaz de ultrapassar os limites do Estado e se expandir em uma escala mundial. Assim,

Hegemonia no nível internacional é (...) uma ordem dentro da economia mundial com um modo dominante de produção que penetra em todos os países e se vincula a outros modos subordinados de produção. É também um complexo de relações sociais internacionais que conectam as classes sociais dos diferentes países. Hegemonia mundial é uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente uma dessas, mas deve ser todas as três. Hegemonia mundial, além disso é expressa em

normas universais, instituições e mecanismos que colocam regras gerais de comportamento para os Estados e para aquelas forças da sociedade civil que atuam através das fronteiras nacionais – regras que sustentam o modo dominante de produção. (COX, 1994, p. 61-62 apud RAMOS, 2005, p. 45).

Podemos então considerar que a construção de um bloco histórico é um fenômeno nacional que ocorre através de uma classe hegemônica que se manifesta como um fenômeno internacional, a medida em que representa o desenvolvimento de uma forma particular de relações sociais de produção. O autor coloca ainda que “uma hegemonia mundial é assim no seu início uma expansão de uma hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante” (COX, 1994, p. 61).

As relações internacionais são, portanto, o resultado dessas relações sociais, e por isso, qualquer mudança básica na ordem mundial – sendo elas no equilíbrio geopolítico ou estratégico-militar – equivale a mudanças fundamentais nas relações sociais.

Para expressar a sua hegemonia, o Estado dominante se utiliza das organizações internacionais para criar suas instituições de hegemonia e desenvolver a sua ideologia.

As Organizações Internacionais são iniciadas pelo Estado dominante ou, no mínimo, necessitam do apoio deste – para ajudarem na expansão de suas forças sociais e econômicas. Além de incorporarem as regras do *hegemon*, ou seja, a classe hegemônica, elas também agregam os interesses de grupos subordinados com o mínimo de conflito. Para que o Estado dominante consiga garantir a estabilidade da sua hegemonia é necessário que ele busque o consentimento de alguns países de destaque no âmbito internacional e, em troca, garanta a eles o seu apoio – sendo necessário também o consentimento dos países periféricos; ou seja, existe uma estrutura informal de influência que reflete os diferentes níveis de poder político e econômico dentro da estrutura inter-estatal de hegemonia, que são inerentes aos processos formais de decisão.

Por legitimarem algumas instituições e certas práticas no âmbito nacional – que refletem as orientações favoráveis às forças sociais econômicas dominantes –, e principalmente, por contribuírem na definição de guias de políticas públicas, as organizações internacionais desempenham um papel ideológico. Além disso, ao agregarem funcionários dos países periféricos que tentam “transformar o sistema por dentro”, elas absorvem as idéias contra-hegemônicas.

Com base nessa questão, Cox ainda trabalha o conceito de internacionalização do Estado, com o intuito de explicar os mecanismos usados para a manutenção da hegemonia no

período da *Pax Americana*. Citando como exemplo as instituições de Bretton Woods, Cox mostra que essas agências estatais passam a ser pontos fundamentais no processo de ajuste das políticas econômicas domésticas, refletindo assim, o domínio do setor da economia do país orientado para a economia mundial. Esse processo pode ser resumido em três pontos: (1) Um processo de formação de consenso inter-estatal concernente às necessidades ou requerimentos da economia mundial que toma lugar dentro de uma estrutura ideológica comum; (2) A participação na formação desse consenso é algo hierarquicamente estruturado; (3) As estruturas internas dos Estados são ajustadas de tal forma que cada uma passa a transformar o consenso global em política nacional, estruturas internas dos Estados aqui entendidas tanto como a máquina governamental quanto como o bloco histórico que sustenta o Estado (em seu sentido ampliado).

Chegamos então à questão da contra-hegemonia, ou seja, as estratégias adequadas para a transformação da ordem mundial.

Segundo Gramsci, uma guerra de movimento não é a melhor escolha a ser utilizada quando se trata de uma tentativa de transformação, seja ela em uma ordem nacional ou internacional. No âmbito internacional, as superestruturas das instituições internacionais são ligadas às classes hegemônicas, o que torna de suma dificuldade o controle sobre elas.

Como visto anteriormente na teoria de Cox, qualquer mudança fundamental na ordem mundial equivale a mudanças fundamentais nas relações sociais. Essa mudança se daria pelo surgimento de um novo bloco histórico – é por isso que Cox vê a necessidade de mudar o problema da transformação da ordem mundial das instituições internacionais para o âmbito da sociedade civil. É na sociedade civil que ocorre a resistência à hegemonia. Ela é o local onde ocorrem os conflitos sociais e é somente nela que pode haver a criação de uma nova base político-social capaz de gerar mudanças estruturais à longo prazo. Um exemplo de resistência à hegemonia foi a insurgência zapatista no exato momento em que o México assinava o NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), garantindo a sua entrada no chamado “primeiro mundo”. Enquanto a classe hegemônica sonhava com a modernização do país, milhares de indígenas e camponeses morriam de fome e tinham as suas terras tomadas pelos latifundiários e fazendeiros, com ajuda do governo, retirando, assim, sua única fonte de sustento. Por meio de uma guerra de posição, os rebeldes zapatistas, através da internet, conseguiram chamar atenção do mundo todo para a sua causa, e ganharam milhares de simpatizantes de várias partes do globo. Os zapatistas provocaram uma mudança fundamental na ordem mundial, a partir do momento em que se tornaram referência para posteriores movimentos contra-globalização que foram surgindo –. Em termos Gramscianos, essa

transformação só seria possível através de uma guerra de posição. Cox, em suas palavras, afirma que

o contexto nacional permanece sendo o único lugar o qual um bloco histórico pode ser fundado, embora as condições da economia mundial e da política mundial influenciem materialmente os prospectos de tal empreitada (...). A tarefa de mudar a ordem mundial começa com um longo e trabalhoso esforço para construir novos blocos históricos dentro das fronteiras nacionais. (COX, 1994, p. 64-65 apud RAMOS, 2005, p. 48).

Ao incorporar a interação das forças sociais transnacionais à análise, Cox tornou possível a explicação dos processos históricos de forma mais abrangente, não se limitando apenas às abordagens convencionais das relações internacionais e à ortodoxia marxista. Partindo das perspectivas de Gramsci, o autor fez com que houvesse a possibilidade de diferenciação entre as formas de ordem mundial hegemônicas e não-hegemônicas, além de explicar as origens e as condições de existência de cada uma.

1.3 Hegemonia em um mundo de redes globais: a capacitação de novos agentes na política mundial

O fenômeno da globalização interligou o mundo, fazendo com que as fronteiras fossem eliminadas e as distâncias fossem encurtadas, resultando assim, na aproximação das pessoas. Os países passaram a interagir nos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, afetando então todas as áreas da sociedade, principalmente a comunicação e a liberdade de movimentação.

Por isso, o ponto mais forte da globalização diz respeito à comunicação – mais precisamente à internet. As redes mundiais possibilitaram uma maior troca de informações e idéias, que podem ser realizadas de qualquer parte do globo, em tempo real e de forma extremamente rápida. Essa interação possibilita aos cidadãos de todas as partes do mundo – que antes, ficavam limitados apenas à mídia local – a se atualizarem e ficarem por dentro do que está acontecendo mundialmente. O acesso aos meios de comunicação e toda a dinâmica da globalização permitiu uma mudança de mentalidade frente aos acontecimentos – políticos, sociais – nos âmbitos nacional e internacional, e possibilitou um ganho de autonomia por parte dos civis ao retratarem notícias, que muitas vezes, eram censuradas pelo Estado.

A globalização, que é um fenômeno decorrente da ascensão de um modelo econômico, também tem seu lado negativo. Algumas visões apontam a globalização como um processo

incompleto e desigual, ambíguo e frequentemente contraditório em seus efeitos, algo que pode ser percebido no histórico do desenvolvimento do capitalismo. Por isso, vários movimentos de resistência à globalização começaram a aparecer, e graças ao surgimento das redes de comunicação, os grupos “contra-hegemônicos” conseguiram difundir a sua ideologia através dessa mídia independente, conseguindo chamar atenção para as suas causas por todo o mundo, ganhando muitas vezes, o apoio de pessoas de vários lugares e de organismos internacionais.

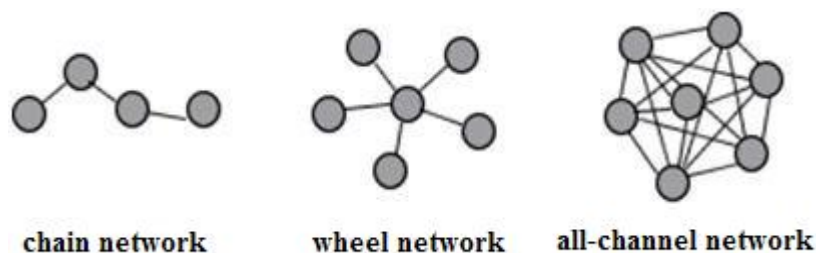
Essa utilização das redes por grupos e movimentos acabou por gerar alguns tipos de conflitos na esfera virtual que passou a influenciar no mundo real. A chamada “revolução da informação” está facilitando e fortalecendo a organização de algumas formas de redes – as chamadas “*networks*” – por todo o mundo. Essas formas de redes dificultam formas hierárquicas antigas.

Para Rondfeldt e Arquilla (1999), com o surgimento dessas redes, há uma alteração na natureza do conflito através do espectro, pois o poder passa a migrar de atores estatais para atores não-estatais. Esses atores são capazes de se organizar em um alastramento de redes multiorganizacionais mais rapidamente do que os atores estatais, hierárquicos e tradicionais, conseguem. Agora, o conhecimento é a chave para o conflito. Quem o possui e o domina está em vantagem em relação aos demais. Esse novo tipo de conflito não se utiliza da força bruta, e sim, do que eles chamam de “*soft power*”, ou seja, um poder suave. Esse poder é aplicado através de “operações de informação” e “gestão de percepção”, e se faz por meio de medidas orientadas pela mídia, que preferem atrair a coagir, fazendo com que a sociedade, os militares ou outros atores sejam afetados, de forma a pensarem em como eles se sentem em relação ao conhecimento que eles detêm sobre eles mesmos e seus adversários.

Para que fique mais claro o entendimento, é necessário que sejam apresentados dois conceitos essenciais que explicam as características desses conflitos. Segundo Rondfeldt e Arquilla (1999), existem então dois tipos de conflitos na esfera virtual: as “*cyberwars*”, que são as guerras de informação orientadas pelos militares, cuja linguagem utilizada aborda sempre os conflitos de alta intensidade e os conflitos de médio alcance, a “*cyberwar*” pode ou não envolver uma guerra de informação estratégica – que significa principalmente um ataque por informação e comunicação à infra-estruturas computadorizadas –, pois segundo o autor, ela pode ser muito mais abrangente do que isso. O segundo tipo de conflito virtual são as chamadas “*netwars*”, que implicam no surgimento de um modo de conflito (e crime), de nível social, que envolve forças não-estatais, paramilitares e irregulares, onde os protagonistas usam formas de redes organizadas para relatarem doutrinas, estratégias e tecnologias

sintonizadas à era da informação. As “*netwars*” são formadas no âmbito da sociedade civil, ou seja, dentro dos limites do Estado, e conseguem muitas vezes, ultrapassar as fronteiras estatais, passando para o âmbito internacional – isso, segundo Cox, pode provocar uma mudança fundamental na ordem mundial, e conseqüentemente, nas relações sociais. Esses protagonistas se dispersam em pequenos grupos que se comunicam, coordenam, e conduzem sua campanha através da internet, sem que haja uma central de comando – isso faz com que eles possam atuar conjuntamente, mesmo estando geograficamente distantes. Além disso, as “*netwars*” se diferem dos tipos de conflitos onde os protagonistas preferem uma organização hierárquica, que construa movimentos centralizados de cunho violento, no estilo da Ku Kux Klan, por exemplo.

Segundo Rondfeldt e Arquilla (1999), para que esses grupos possam compartilhar suas idéias e interesses, e possam agir de forma totalmente conectada em todos os canais, mesmo estando dispersos, existem três tipos de modelos organizacionais de rede: A primeira é chamada de “*The Chain Network*”, onde a informação se move ao longo de uma linha de contatos separados e onde a comunicação viaja através dos nós intermediários (cada nó pode ser apenas uma pessoa, um grupo, uma organização, parte de um grupo ou organização, ou até mesmo um Estado). A segunda é chamada de “*The Wheel Network*”, como uma franquia ou um cartel, onde o conjunto de atores está amarrado a um nó ou ator central (não de forma hierárquica), e devem ir através desse nó para se comunicarem e coordenarem um ao outro. E finalmente, o terceiro e último modelo chamado “*The all-channel*”, que é uma rede de colaboração entre grupos pacifistas onde todos estão conectados entre si. Esse último modelo vem ganhando mais força por não ter um líder específico; existem vários líderes, porém, sem hierarquia. As tomadas de decisões e as operações são descentralizadas, permitindo uma iniciativa local ou autônoma. Por isso, às vezes, esse modelo parece acéfalo, e outras vezes, parece ter vários “cérebros” ao mesmo tempo. A capacidade de performance efetiva desse modelo ao longo do tempo, deve-se ao compartilhamento de princípios, interesses e metas e de uma ideologia abrangente, que englobe todos os nós, no qual, todos os membros concordem profundamente. Esse modelo possui em sua estrutura uma junção de todos os modelos organizacionais, podendo ter até uma certa hierarquia em determinados setores – é importante enfatizar que essa hierarquia não é segregacionista igual as formas hierárquicas antigas. Esses nós não precisam necessariamente estar em constante comunicação, mas é importante que eles estejam prontos para transmitir alguma mensagem quando necessário.



Infelizmente, os protagonistas das “*netwars*” nem sempre são ativistas pacíficos que lutam pela defesa e propagação dos direitos humanos ou por assuntos de cunho social. No “*cyberspace*”, juntamente com esses ativistas, também atuam grupos terroristas e criminosos, que também descobriram nas redes, uma nova forma de poder. Essas organizações criminosas aprendem como manipular a esfera da informação para aumentarem as suas habilidades e melhorarem as suas atividades — atividades essas que se baseiam no recrutamento de novos membros, no levantamento de dinheiro, na organização de algumas atividades (algumas feitas de maneira clandestina e com o uso da violência) e na distribuição de propaganda. Essas organizações são estruturadas em grupos frouxamente interligados, mais precisamente em células semi-independentes, que não possuem sequer um comando hierárquico acima deles (essas Organizações Criminosas Transnacionais estão ganhando força ao redor do mundo, por serem extremamente habilidosas na construção de redes que tiram vantagem das interconexões globais). Esse lado obscuro da “*netwar*” provoca o que Rondfeldt e Arquilla (1999) chamam de “Fenômeno Dual”, que é exatamente a existência dessas duas faces que tem como característica dois tipos de atores: os “Globalistas” — que são adeptos da não-violência e se utilizam das negociações como ferramenta de luta —, e os “Autônomos” — que podem dar maior ênfase na violência.

Por outro lado, a “*social netwar*” possui ativistas que se integram, através da força de mobilização da internet, para propagarem e protegerem os direitos humanos. Segundo Kathryn Sikkink (1993, apud RONFELDT e ARQUILLA, 1999), a respeito do surgimento das redes de direitos humanos:

An International issue-network comprises a set of organizations, bound by shared values and by dense exchanges of information and services, working internationally on an issue... International and domestic NGOs play a central role in all issue-networks. They are the most proactive members of the networks, usually initiating actions and pressuring more powerful actors to take positions... As a result

of this exchange of information and services, of flows of funds, and of shared norms and goals, the members of the issue-network work together in a constant but informal, uncoordinated, and nonhierarchical manner. (SIKKING, 1993, pp.415-417 apud RONFELDT e ARQUILLA, 1999, p. 20)

As redes de Organizações Não Governamentais (ONG's) desafiam governos em um espaço público e a “guerra” passa a ser principalmente sobre informação. Elas procuram afetar o pensamento dos oponentes, formando crenças e atitudes que envolvam o meio social. Uma “*social netwar*” envolve batalhas de opinião pública, e o acesso e cobertura da mídia, permite que esses conflitos se tornem visíveis a nível global, transcendendo a hegemonia dessas organizações para além das fronteiras do Estado, como diria Cox em sua teoria. Por isso, para Rondfeldt e Arquilla (1999), “a *social netwar* is more about a doctrinal leader like Subcomandante Marcos than about a lone, wild computer hacker like Kevin Mitnick¹.”

Desafiando a estabilidade e provocando reformas na política do México, o movimento dos Zapatistas surgiu em meados de 1994 em Chiapas e se tornou o maior exemplo de uma “*social netwar*”, servindo de exemplo para vários outros movimentos que foram surgindo, os quais levaram a diante as táticas usadas pelos Zapatistas. O movimento formado por indígenas e camponeses surgiu em oposição às mudanças feitas em função da globalização e passou a lutar e a defender os direitos humanos – principalmente os direitos dos indígenas –, atraindo a atenção de todo o mundo para a sua causa. Graças à liberdade de informação, e através da “mídia velha” (jornais, revistas e televisão) e da “mídia nova” (fax, e-mail e os sistemas de conferências no computador), o movimento ganhou uma presença transnacional sem precedentes na internet, decorrido dos inúmeros esforços do líder intelectual subcomandante Marcos, em disponibilizar na rede vários websites, listas de servidores e vários arquivos para serem lidos e baixados, que disseminavam a ideologia Zapatista, mostravam as posições políticas de várias ONG's, além de mostrar como conduzir, o que mais tarde seria chamado de “desobediência civil eletrônica”.

O movimento envolve um grande número de redes que tratam sobre os direitos humanos, direitos dos indígenas, etc., e operam de modo não-hierárquico, disseminando informações de forma imediata. Além disso, as redes do movimento Zapatista são realizadas

¹ Mitnick cometeu os primeiros delitos em 1980. Invadiu vários computadores, como o da NSA, do centro de espionagem dos Estados Unidos, de operadoras de celulares, de empresas de tecnologia e provedores de internet. Foi preso em 1995 e libertado em 2000 após pagar uma fiança de U\$4000. Ficou três anos em liberdade condicional, sem poder conectar-se à internet. Hoje trabalha como consultor de segurança na Web. Para mais informações, acessar: <http://www.forum-invaders.com.br/vb/showthread.php/20502-Mat%C3%A9ria-Um-pouco-de-Kevin-Mitnick>

em conjunto através do compartilhamento de valores, da densa troca de informações, e de esforços para realizarem uma grande quantidade de operações informacionais contra o governo mexicano e outros atores que a rede visa influenciar.

A análise das teorias de Gramsci, Cox, Rondfeldt e Arquilla ajudarão a entender como, aos poucos, o movimento zapatista foi ganhando força na sociedade civil mexicana e como, através de uma guerra de posição e do uso da internet – como meio de divulgar suas ideologias, discursos e os motivos da insurgência ocorrida em 1994 – os rebeldes conseguiram ultrapassar as barreiras da mídia estatal, conseguindo chamar a atenção do mundo todo para a sua causa – além de adquirirem vários simpatizantes, que mais tarde, ajudariam o movimento em sua “*netwar*” contra a desinformação.

2 DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE NA HISTÓRIA DO MÉXICO

O presente capítulo tentará contar um pouco da história do México, desde os tempos da independência, passando pela Revolução de 1910 – liderada por Emiliano Zapata na região sul do país – até a instauração do regime totalitário, protagonizado pelo Partido Revolucionário Institucional, o PRI, que ficou no poder por 71 anos.

Serão mostradas também as condições precárias em que a população indígena camponesa vivia durante todo esse período, e as formas com que o Estado negligenciava os seus direitos, em meio às repressões, ameaças e até assassinatos encomendados pelos governantes.

Por fim, se tentará explicar os motivos pelos quais parte da sociedade civil mexicana se tornou organizada, além de expor a sucessão de acontecimentos que levaram ao surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional, o EZLN, em meio às negociações da entrada do México no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) – que seria entre os Estados Unidos, o Canadá e o México. Também serão mostradas as consequências econômicas e sociais da assinatura do tratado.

2.1. Da independência à consolidação da centralização estatal

O Século XIX foi um período de grandes problemas e contratempos na história do México. Além da Guerra da Independência – que durou de 1810 a 1821, e evidenciou ainda mais as diferenças existentes entre liberais e conservadores –, o país perdeu grande parte do seu território, após ser derrotado na guerra contra os Estados Unidos. A guerra ocorreu no período de 1846 a 1848 e resultou na assinatura do Tratado de Guadalupe-Hidalgo. Assinado no dia 02 de fevereiro de 1848, o México teve que ceder o equivalente a metade do seu território. Em troca, os EUA pagaram cerca de US\$ 15 milhões, como compensação para o território apreendido.

Em meio à Guerra da Reforma, que se instalou no período de 1858 e durou até 1861, e o estabelecimento da unidade nacional – dez anos após a derrota para os EUA –, o México foi invadido pelo exército francês, que justificou a sua ação alegando o não pagamento da dívida que o país tinha com a Espanha, a Grã-Bretanha e a França. Porém, o México saiu vitorioso, após derrotar e fuzilar o enviado de Napoleão III.

O General Porfírio Díaz, que participou do movimento das Reformas Liberais e lutou na guerra contra a França, tomou o poder no ano de 1876. Ele foi reeleito em 1884 e governou até 1910.

Durante todo o período de seu governo, o México alcançou um alto nível de crescimento, superando na época, a economia estadunidense. Através da medida de modernização institucional, o país cresceu 8% ao ano, tendo a maior taxa de crescimento do continente. Até hoje é considerado “um caso raríssimo de crescimento prolongado, mantido por incríveis vinte e quatro anos seguidos” (SANTIAGO, 2007).

Apesar de todo impacto positivo decorrente das reformas políticas adotadas por Porfírio Díaz, as questões sociais foram completamente postas de lado. Seu governo foi marcado por uma extrema centralização do poder, ocasionando em diversos momentos, casos de intensa repressão às minorias, e principalmente, pela negligência aos direitos dos camponeses e indígenas.

Desde o período colonial, uma disputa em torno dos recursos naturais, que pertenciam aos povos originários e a outros camponeses da região, se alastrou em todo o país.

Grandes proprietários de terras – exploradores da cana-de-açúcar – avançavam sobre terras e águas pertencentes à população pobre, usando todos os meios possíveis, desde as ameaças físicas e morais, e documentos de propriedade falsificados, passando pelo assassinato e destruição de casas, colheitas e plantações, indo até ao recurso extremo de terem inundado uma comunidade inteira, abrindo as comportas de uma represa. (PRADO, 2003, p. 146)

As tensões entre fazendeiros e a população camponesa se agravou devido à legislação modernizante, representada pela Constituição de 1857, “na qual as terras das comunidades tradicionais passaram a ser passíveis de compra e venda.” (PRADO, 2003, p. 146) Em decorrência disso, o campesinato foi perdendo as suas terras.

Com o desenvolvimento do capitalismo – principalmente na cidade de Morelos – as formas tradicionais de vida da população do campo foram sendo modificadas. Devido à modernização da agricultura, houve uma maior facilidade na comercialização da cana e seus derivados, decorrente das novas tecnologias e o incremento da produtividade e da construção de vias de comunicação.

O mercado favorável ao produto fez com que, nos anos imediatamente anteriores ao movimento armado, mais e mais as fazendas avançassem sobre as terras dos camponeses. Começava,

assim, uma corrida para apoderar-se da terra, da água e da mão de obra. (ESPINOSA, 2001, p. 38).

Mesmo os trabalhadores que tinham algum tipo de posse sobre suas terras passaram a ser explorados como mão-de-obra barata, mantendo apenas pequenas culturas de subsistências.

Aquele processo favoreceu os fazendeiros de diversas maneiras. Esses se beneficiaram do aumento da produtividade de suas terras, da situação do mercado e encontravam um enorme exército de reserva na força de trabalho da população desprovida de propriedade. (PRADO, 2003, p. 146).

Não demorou muito para que os fazendeiros tirassem até a condição de antigos parceiros de alguns trabalhadores, a fim de ampliarem a cultura da cana ao máximo, para aumentarem os lucros. Com isso, iniciou-se uma série de ameaças contra os camponeses, além da privação de seus meios tradicionais de subsistência. Mais grave ainda foi o rompimento do *pacto moral*. Esse é considerado um dos elementos principais que ajudaram a agravar a situação e a aumentar as tensões em Morelos, pois o pacto – secularmente respeitado – era um dos únicos meios de manter “as relações entre fazendeiros e trabalhadores em um nível aceitável de tolerância mútua” (PRADO, 2003, p. 149).

De fato, a privação desse usufruto significou uma expropriação que foi vivida e compreendida pelos setores afetados como uma ruptura do pacto moral com as fazendas e uma alteração súbita do equilíbrio econômico mediante o qual essas famílias obtinham seu sustento. (ESPINOSA, 2001, p. 38-39)

Com a modernização cada vez mais crescente das atividades agrícolas, a alternativa encontrada pelos agricultores pobres que haviam perdido as suas terras foi buscar na pecuária o seu sustento, mesmo que alguns membros de suas famílias se vissem obrigados a trabalharem nas fazendas em época de maiores demandas por mão-de-obra. Segundo Prado (2003), aquela mudança de atividade significava “permanecer livres”.

Como represália, os fazendeiros praticaram todo tipo de opressão, contando com o apoio das autoridades.

Os abusos que se cometiam tinham como fim principal conseguir que os camponeses se desfizessem de sua pobre riqueza. Porém, eles preferiam resistir sofredamente, em troca de não se vender junto com

seus animais... Mais que às terras, importava ao fazendeiro dominar os indivíduos... (WOMACK JR., 1968, p. 45-46)

A revolução armada, liderada por Zapata, foi o resultado de séculos de ofensas cometidas contra as populações camponesas, expropriação e violência.

2.1.1 Um povo escolhe o seu líder

Emiliano Zapata, ainda jovem, foi eleito pela sua aldeia no vilarejo de Anenecuilco, como o novo presidente da assembléia. Conhecido por seu espírito de liderança, ele possuía um papel ativo na defesa da aldeia, onde por três anos, segundo Womack Jr. (1968), esteve à frente do grupo de jovens assinando protestos – como elementos de delegações enviadas ao *jefe político* – e ajudando a manter a moral da aldeia. Zapata havia colaborado na organização da campanha local de um candidato a governador pertencente à oposição – conhecida como a “Campanha Anti-reeleição”, denunciava as fraudes cometidas pelo partido de Diaz. Apesar de seu partido ter sido derrotado de forma desastrosa – devido à intimidação por parte dos eleitores, falsificação dos resultados e líderes políticos presos e deportados para campos de trabalho em Iucatão –, ele estabeleceu contato com políticos da oposição de todo o Estado – o movimento foi derrotado e, no mesmo ano, Diaz tomou posse.

Além de seu aspecto de liderança, Zapata também era conhecido pela boa reputação de sua família, e graças a essa reputação, a população rural sabia que uma vez no poder, ele não deixaria de ser quem ele era. Não mudaria nem abusaria da confiança depositada nele.

A simetria que havia entre as relações sociais comunitárias e a forma de escolha de representantes e líderes, se fundamentavam no prestígio pessoal e em laços familiares e extra-familiares. (PRADO, 2003, p. 153)

As demandas locais eram feitas em um espaço privilegiado, que possibilitavam a ação e a legitimação de lideranças, denominado *pueblo*. Essa forma organizacional das comunidades – característica típica das regiões centro, sul e sudeste do México – teve função fundamental no surgimento da luta armada. Resumido por Warman (1990, p. 20 apud PRADO, 2003, p. 151) como “unidade social e política, na qual se praticava a democracia direta e se controlava o acesso à terra, além de possuir funções políticas, de governo e poder armado”, os *pueblos* se tornaram uma estrutura importante da tradição e da resistência camponesa.

Zapata foi escolhido como um dos “guardiões” de uma história e de uma tradição que não podiam ser apagadas e interrompidas, por isso, o cuidado com os documentos, aos quais, ele fez questão de basear a legitimidade e a legalidade de suas demandas, também representava o zelo para com a própria identidade cultural dos *pueblos*.

Na sua luta incessante por reconhecimento público, o Zapatismo procurou basear a legitimidade e a legalidade de suas demandas na existência de documentos que comprovavam os direitos seculares de propriedade dos camponeses sobre as terras que reivindicavam. A luta camponesa visava o restabelecimento de uma legalidade agrária, mesmo que esta viesse de “outros tempos” e tivesse como respaldo documentos de posse emitidos ainda na época do domínio espanhol. Aliás, a antiguidade dos documentos parecia conferir mais legitimidade à causa zapatista, em vez de diluir na poeira do tempo a razão de sua luta e reivindicações. (PRADO, 2003, p. 160)

As reivindicações nesse caso, segundo Prado (2003), eram a devolução das terras, águas e bosques ilegitimamente expropriados pelas fazendas ao longo da história do *pueblo* – história esta que remontava há quase setecentos anos – além de crédito agrícola e capacitação para o uso mais proveitoso da terra.

Foi então que em 1911 – um ano após Porfírio Díaz se reeleger em meio à fraudes – a oposição liberal se uniu à oposição popular, contando com Francisco Madero na região Noroeste do México, Pancho Villa no Norte e Emiliano Zapata, na região sul do país. O movimento derrotou as forças de Porfírio Díaz, dando fim aos trinta e cinco anos do regime porfiriato.

Madero, criador do *Plan de San Luis*², assumiu o poder por ter sido o grande líder da revolução, porém, não demorou muito para Zapata e seu exército focarem a sua luta em sua gestão. Durante a transição do governo, eles realizaram gestões tentando que o futuro presidente do México cumprisse o prometido no *Plan de San Luis*, ou seja, que as terras expropriadas dos camponeses fossem devolvidas. Porém, segundo Prado (2003, p. 172), “Madero não se dispunha a atender essa demanda camponesa de maneira ‘tão precipitada’ e exigia que o exército de Zapata depusesse suas armas e se submetesse política e militarmente ao pacto da nova legalidade pós-revolucionária.”

² Este manifesto convocava ao levantamento em armas no dia 20 de novembro de 1910, o estabelecimento de eleições livres e democráticas, assim como também se comprometia a restituir aos camponeses as terras que lhes haviam sido arrebatadas pelos fazendeiros. (*La Revolución mexicana*. Fundación Rojo Urbiola, A.C.

Os fazendeiros se aproveitaram para irrem atrás de mais terras. Madero postergou o quanto pôde a aplicação das medidas reivindicadas pela ala pobre da Revolução até que, finalmente, negou-se a atendê-las. Segundo Prado (2003), as ordens que os líderes camponeses receberam do governo federal foi para que se abstivessem de agir. Mais tarde, o governo declarou que qualquer ação contra as fazendas seria considerada um “ato de guerra”. O desfecho foi o rompimento dos zapatistas com a “Revolução Oficial”.

Acentua-se o caráter agrário da Revolução Mexicana quando os camponeses do sul pressionaram para que a Revolução levasse justiça ao campo, priorizando a reforma agrária, uma vez que diziam não haver entrado na Revolução apenas para promover uma mudança na cúpula do poder. (PRADO, 2003, p. 179)

O movimento liderado por Zapata ganhou maiores proporções quando diferentes grupos de camponeses que se identificavam com suas lutas ancestrais por terra se agregaram ao seu exército.

Após o rompimento, Zapata proclamou seu próprio plano político, o *Plan de Ayala*.³

O plano expressava ideologicamente os projetos da liderança zapatista e teve especial importância ao consolidar as demandas camponesas na Revolução. [...] Esse documento representou um salto de qualidade na ação dos zapatistas. A sua enunciação funcionou como um passo importante para o reconhecimento e a sua legitimação, tanto no interior da comunidade como principalmente junto à sociedade mexicana. Sua divulgação demarcou as demandas zapatistas e explicitou suas táticas e estratégias. Em suma, precisou os objetivos e a natureza da luta. Ficava claro que o Zapatismo era a expressão de uma fração de uma classe social que lutava por seus interesses e necessidades. (PRADO, 2003, p. 157)

O resultado dos dez anos de luta, segundo Prado (2003), foi que o Estado liberal arquitetado pela Constituição de 1857 e manejado pelos senhores de terras e pela burguesia exportadora, veio abaixo. Com o assassinato de Madero em 1913, Venustiano Carranza, um dos líderes da Revolução, subiu ao poder no ano de 1914. Ao tentar realizar reformas econômicas e sociais, conseguiu que o Congresso aprovasse uma Constituição que favorecia operários e camponeses. A Constituição de 1917 garantia os direitos individuais, o direito à

³ Esse plano veio à luz no dia 28 de novembro de 1911 e foi redigido por Zapata e Otilio Montaño, professor primário e colaborador muito próximo do líder camponês. O lema dos zapatistas foi *Reforma, Libertade, Justiça e Lei*, no melhor estilo das bandeiras revolucionário-liberais.

propriedade, continha leis trabalhistas, reconhecia os *ejidos*⁴ e regulava a propriedade do Estado sobre as terras, águas e riquezas do subsolo – sendo a única na época a abordar assuntos sociais.

Após algumas políticas que afetaram a sua popularidade e com o assassinato de Emiliano Zapata, Carranza fugiu da Cidade do México e acabou sendo assassinado.

Com o assassinato de Carranza em 1920, o poder retrocedeu para dois caciques militares que haviam sido os defensores do constitucionalismo, os generais Obregón e Calles. Entre o fracasso de uma rebelião e a desobediência de determinações impostas ao clero, Calles declarou guerra à Igreja, que se estendeu por três anos (1926 - 9), até seu esmagamento pelas forças do Estado.

A nova burguesia emergente deu início a um processo de integração capitalista mais acelerado no país e deu início ao longo regime priista.

2.1.2 A “ditadura perfeita”

Conhecido como “A ditadura perfeita”, o regime priista, que durou 71 anos, foi marcado pelas diversas fraudes eleitorais, casos de corrupção, crimes políticos – como assassinatos de opositores – e pelo controle estrito dos meios de comunicação que garantiam a permanência de seus representantes no poder. Além disso, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) inibiu por décadas o surgimento de forças da oposição, e cuidou para que, caso elas emergissem, não se desenvolvessem.

Com base em medidas neoliberais voltadas para a abertura da economia, o México vivenciou o chamado “milagre econômico”. Os índices econômicos aumentaram, além das importações e exportações. Porém, o aumento das importações fez com que várias fábricas fechassem, pelo simples fato de não terem condições de concorrerem com os produtos importados. Outro problema ocasionado pela mudança na economia foi a quebra de pequenos agricultores, o que proporcionou ao aumento do desemprego. Além disso, segundo Teao (2009), o governo reduziu o salário em um terço e reduziu os gastos em saúde e educação.

Segundo Carvalho (1997), a contraface do milagre mexicano – que se estendeu dos anos 40 até os 70 – estaria no distanciamento entre ricos e pobres, no crescimento dos setores marginais.

⁴ **Ejidos** são terras comunais e hereditárias, compartilhadas por camponeses, em um sistema de *pueblos*.

Houve, no entanto, um lado negro do milagre econômico mexicano. Dos anos 50 até a metade da década de 1970, a propriedade da terra e do capital se tornaram crescentemente concentradas. A desigualdade de renda entre os indivíduos também aumentou, num momento em que, dado o nível do desenvolvimento mexicano, a distribuição nacional da renda deveria estar se deslocando na direção de uma maior igualdade. De fato, a concentração de renda no México dos anos 70 parecia estar em níveis mais elevados do que em 1910, antes de eclodir o processo revolucionário. No final dos anos 70, enquanto 70% dos indivíduos mais pobres recebiam somente 24% da renda total disponível, os 30% mais ricos recebiam 76% da renda nacional. (CRAIG, 1992 p. 506 apud CARVALHO, 1997 p. 09)

O ápice da política externa mexicana ocorreu no ano de 1986, quando o país ingressou no GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*). O acordo implicava na redução de tarifas para os produtos norte-americanos, e serviu como uma antecipação ao NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), que seria assinado no ano de 1994, no governo de Carlos Salinas de Gortari.

Eleito em meio a fortes suspeitas de fraude, Salinas assumiu o poder em um momento não muito favorável para o México, e principalmente para o PRI. Segundo Carvalho (1997), os indicadores macro-econômicos permaneciam dignos de preocupação – pois a inflação estava em 51% e a dívida externa chegava a 107 bilhões de dólares – e o avanço da oposição era inquestionável, dificultando cada vez mais as fraudes eleitorais.

Salinas decidiu dar profundidade à linha de reformas iniciadas por seu antecessor, Miguel De La Madrid, rumo à modernização e ao crescimento econômico do México. Os anos de 1991 e 1992 foram prodigiosos do ponto de vista econômico.

crescimento econômico de 3%, inflação controlada de 18%, um serviço da dívida rebaixado para 6% do PIB, volume considerável de investimentos (25 bilhões de dólares), privatizações gerando em média valores três vezes superiores ao valor anunciado (sobretudo no que se refere aos bancos), enfim, todos os indicadores pareciam ratificar o caminho seguido pela equipe econômica de Gortari. A escolha da abertura quase total das fronteiras, o desengajamento do Estado do setor produtivo (280 empresas públicas restavam em fins de 1991, contra 1156 em 1982), a reorientação da produção para a exportação (com o *boom* das *maquiladoras*) e o corte do déficit orçamentário (1,3% do PIB) pareciam estar agora trazendo dividendos. Certamente dividendos eleitorais, já que, nas eleições intermediárias de 1991, o PRI recuperou-se e obteve 64% das cadeiras parlamentares. (CARVALHO, p. 19)

O marco do seu governo foi a entrada do país no NAFTA. Salinas queria fazer com que o México se tornasse o primeiro país da América Latina a ingressar no chamado “primeiro mundo”.

No discurso do presidente Carlos Salinas de Gortari, o México estaria, dessa forma, ingressando no clube dos países desenvolvidos e, com isso conseguiria acesso às tecnologias desenvolvidas por seus parceiros, geraria empregos e se transformaria em uma nova potência mundial. (SILVESTRE NETO, 2000 p. 101)

Porém, para que o México pudesse fazer parte do tratado, o país precisaria se adequar aos padrões impostos pelos Estados Unidos.

Por meio de uma reforma constitucional – dentre outras mudanças feitas pelo presidente –, Salinas aboliu o regime do *ejido*, estabelecido em 1917, como base da reforma agrária – uma conquista da revolução de 1910 –, a fim de possibilitar a agricultura mecanizada nas grandes propriedades. A consequência dessas mudanças, somada à situação em que a sociedade se encontrava, foi o levante zapatista, em 1º de janeiro de 1994, exatamente no momento em que o México assinava sua entrada no NAFTA.

2.2. O Estado mexicano e sua inserção no mundo globalizado

As idéias neoliberais chegaram à América Latina na década de 1970, trazendo com elas o agravamento da pobreza. Segundo Nascimento (2008), o Chile, com o então presidente Pinochet, foi o primeiro país, antes mesmo da pioneira Inglaterra, a implantar o modelo neoliberal.

Cumprindo à risca o modelo neoliberal, caracterizou-se pela: liberalização da economia, alta taxa de desemprego, repressão sindical, concentração de renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos. Pinochet foi o responsável por uma das mais cruéis ditaduras militares na América Latina, mandando perseguir, torturar, prender e matar os seus opositores, especialmente aqueles ligados ao governo de Salvador Allende. (MARIANI, 2007, apud NASCIMENTO, 2008, p. 02)

A inserção da América Latina na economia mundial se desenvolveu de forma muito dependente dos centros hegemônicos. Segundo Nascimento (2008), o neoliberalismo cumpre um papel enormemente eficaz na manutenção da desigualdade social, preservação e ampliação do latifúndio e da pobreza.

Ao longo do processo de modernização, o México sofreu com a intensificação da pobreza, da marginalização e da exclusão, devido às políticas neoliberais instauradas pelo governo. Segundo Pablo González Casanova (2006) – professor da Universidade Autônoma do México (UNAM), da qual foi reitor, e atualmente Conselheiro do Exército Zapatista de Libertação Nacional –, o número de explorações e abusos com os salários de fome e os preços irrisórios que eram pagos pelo trabalho e pelos produtos indígenas – vendidos com prejuízo ⁵ –, cresceu em todo o país.

A partir de 1970, em decorrência de um processo de integração de novos territórios à exploração capitalista, o movimento camponês em Chiapas cresceu e se aglutinou. Segundo Hilsenbeck Filho (2007), este processo adquiriu novas formas com a exploração petrolífera, o desenvolvimento de zonas turísticas, a aquisição de mais terras para a criação de gado, o crescimento de centros urbanos, a construção de represas hidroelétricas, entre outras medidas. O problema é que com essas medidas, milhares de camponeses indígenas foram expulsos de suas terras e das suas relações de produção. Por não terem sido integrados a outras formas e relações de produção, ocorreu o que Reyes (1989 apud ESPONDA e BARRIOS M., 2003 apud HILSENBECK FILHO, 2007) definiu como “descampesinización sin proletarización”. Como consequência, houve uma crescente pressão sobre a terra, intensificando as diferenças entre as classes e o surgimento e radicalização do movimento campones. Todos estes fatores só contribuíram ainda mais para que os camponeses indígenas começassem a desenvolver vários processos de organizações independentes – além de aumentarem os *éjidos*. Houve também um acréscimo significativo na conquista do território. Porém, a principal conquista dos indígenas não se resumiu às questões materiais. Concomitantemente a elas, os indígenas adquiriram o próprio desenvolvimento político e ideológico, e segundo Hilsenbeck Filho (2007), eles passaram a lutar por decidir e gerir seu futuro, com uma consciência política que será expressa, por exemplo, nas demandas do EZLN.

⁵ Segundo Casanova (2006), alguns desses produtos, como o café, articulavam-se à economia transnacional que compartilhava os benefícios do que Luiz Hernández Navarro (apud CASANOVA) chamou de “Lei de San Garabato” – vender caro e comprar barato. Segundo ele, “o exemplo do café é um entre muitos de um modelo de desaccumulação e desemprego destinado a deixar os pobres na pobreza por séculos e séculos.

No final dos anos 1970, as primeiras organizações políticas de esquerda chegaram a Chiapas, paralelamente à ampliação do movimento camponês em outras regiões – o que deu uma amplitude maior às demandas camponesas. Não demorou muito para que ocorressem conflitos entre as linhas de atuação da Igreja e dos maoístas. Segundo Hilsenbeck Filho (2007), paradoxalmente, estes primavam pelas negociações com as autoridades governamentais e pela criação de cooperativas e melhores condições de crédito em detrimento da luta pela terra. Enquanto a Igreja priorizava

[...] a defesa do direito do índio à terra onde vive e trabalha, desconfiando de qualquer tipo de diálogo com o regime priísta. O choque entre essas duas concepções opostas deu origem a sucessivos rachas [...] Eram duas abordagens antagônicas até do ponto de vista ético: os padres se propunham a ‘acompanhar’ os indígenas, enquanto os maoístas falavam abertamente em “dirigí-los”. (FUSER, 1995, p. 115).

Apesar dessas divergências e de muitos dos seus quadros terem ocupado postos no regime priísta alguns anos depois, os maoístas deixaram uma herança no que diz respeito a fomentar o hábito das assembléias como mecanismo principal de decisões.

Com o decorrer dos conflitos no campo, já no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a luta e a organização no campo, segundo Esponda e Barrios M. (2003 apud HILSENBECK FILHO, 2007), adquiriram novas características: as demandas deixaram de ter caráter unicamente agrário e passaram a ser por liberdade política e democracia – que no discurso das organizações, dizia respeito a sua cultura.

Um dos maiores problemas referentes a esse período foi a repressão aos indígenas de maneira cada vez mais sistemática e seletiva, chegando ao seu ápice com a criação do código penal válido apenas para Chiapas, feito pelo então governador, Absalón Castellanos – general reformado, ficou no governo por seis anos, e segundo Moguel (2002, p. 78 apud HILSENBECK FILHO, 2007, p. 47), “sua administração se caracterizou pela repressão aos indígenas camponeses e professores.” Segundo Hilsenbeck Filho (2007), um dos exemplos referentes a esse código era que, caso os camponeses resistissem – mesmo de maneira pacífica – à desocupação de terras, poderiam ser condenados a quatro anos de prisão. Nos artigos 129 a 135 do código penal, reformado em 1989, se estabeleceu com penas de dois a quatro anos de cárcere, como delito de ameaça a ordem pública, a simples participação em protestos coletivos, mesmo que não houvesse porte de armas. No governo seguinte ao do

general, mais de 2.290 indígenas foram presos em Chiapas, sendo que, um ano antes do levante, 1.700 morreram de fome.

A crise do campo se agravou porque, com a liberalização da política comercial, as medidas tomadas – como a redução dos subsídios agrícolas, por exemplo – precarizaram ainda mais a situação dos pequenos agricultores. Segundo Nascimento (2008), a invasão de produtos agrícolas estrangeiros, fruto de acordos bilaterais entre países, barateou a compra da produção das pequenas propriedades levando muitas famílias indígenas à beira da miséria.

[...] o Estado estava então criando as pré-condições da formação e da implantação da guerrilha: povos inteiros arrasados, fechamento brutal de toda perspectiva de negociação, assassinatos seletivos e de grupos camponeses rebeldes, racismo, e violação sistemática dos direitos humanos mais elementares, corrupção e impunidade em quase todos os atos do governo. É a época de ouro dos fazendeiros e dos caciques locais, abertura do período neoliberal no México. (MOGUEL, 2002, p. 75 apud HILSENBECK FILHO, 2007, p. 63).

A possibilidade de uma resolução pacífica para os problemas agrários foi completamente extinta com a alteração do artigo 27 da Constituição mexicana, resultado de uma das condições impostas pelos Estados Unidos para que o México pudesse fazer parte do NAFTA. O artigo 27 garantia legalmente que os *éjidos* estariam protegidos. As terras, portanto, não poderiam ser vendidas, arrendadas ou hipotecadas; as famílias que saíam delas cediam a posse para outros eventuais moradores, de forma que o espaço era sempre utilizado pelas comunidades indígenas de diversas etnias.

Os insurgentes tentaram por várias vezes resolver seus problemas referentes à resolução de suas demandas de forma pacífica, antes de decretarem a impossibilidade dessa via. Segundo Hilsenbeck Filho (2007), em 07 de março de 1992, mais uma vez tentou-se sensibilizar as organizações governamentais do país (ou alçar os primeiros passos de uma organização insurrecional), através de uma grande marcha à Cidade do México, por mais de 10 mil quilômetros, que reuniu milhares de camponeses e indígenas do norte de Chiapas.

Protestavam contra a corrupção e contra a reforma do artigo 27 da Constituição, entre outros motivos; percorreram os mais de 10 mil quilômetros e voltara com os bolsos cheios de promessas vazias, mas conseguiram chamar a atenção de todo o país. Em 10 de abril, no aniversário da morte de Emiliano Zapata, ocorreram novas manifestações de milhares de indígenas em distintos lugares de Chiapas, que protestavam contra a possível entrada do México no

NAFTA. No dia 12 de dezembro de 1992 milhares de indígenas realizam mais uma marcha (com passos marciais) em San Cristóbal de Las Casas pelos “500 anos de resistência”, e destruíram a estátua do fundador da cidade colonial, Diego Mazariegos. Com os bolsos cada vez mais pesados de promessas, eles voltaram às suas casas, mas não mais para plantarem... (HILSENBECK FILHO, 2007, p. 48)

Em meados de 1993, segundo Castells (2000), na maioria das comunidades de Lacandon não se plantou milho, não se colheu café, as crianças deixaram de frequentar as escolas e o gado foi vendido para a compra de armas. Segundo Hilsenbeck Filho (2007), “já estava por sair de suas gargantas o grito de ‘Ya Basta’”.

No decorrer das negociações do acordo de livre-comércio, com o México, segundo Nascimento (2008), os Estados Unidos foram inflexíveis na sua tentativa de modificar a atual lei mexicana que proíbe investimentos estrangeiros em bancos, ferrovias, companhias de eletricidade, petróleo, etc.

Durante o ano de 1990, Salinas começou a tomar iniciativas destinadas a aumentar o âmbito de investimento estrangeiro no país. Apresentou um projeto de lei permitindo que 30% da propriedade dos bancos poderiam estar em mãos estrangeiras. Os estrangeiros receberam permissão de possuir 100% das empresas de mineração. (NASCIMENTO, 2008, p. 07)

É importante lembrar que os protestos contra a entrada do seu país no acordo não ocorreram somente no México. Vários grupos opositores – inclusive, do próprio partido do presidente Bill Clinton, o Democrata – denunciavam o perigo da assinatura do tratado para os Estados Unidos.

Este partido sempre teve apoio dos grandes sindicatos americanos, e os sindicalistas temiam o desemprego com a adesão ao livre-comércio. O receio era que muitas empresas abandonassem os Estados Unidos em direção ao México, onde os salários eram muito baixos, em relação aos dos EUA. Outro grupo opositor era formado por ambientalistas, sabedores dos problemas da falta de infra-estrutura do lado mexicano, ainda mais com a chegada de muitos migrantes à procura de emprego, lembrando que as fábricas se localizavam ao norte do México, fronteira com os Estados Unidos. (BIZ, 2004, p. 04)

Foi então que, em meio a vários protestos em ambos os países, o acordo passou a vigorar no dia 1º de janeiro de 1994. O tratado era um acordo de livre-comércio entre o Canadá, os Estados Unidos e o México, e foi proposto inicialmente, em 12 de agosto de 1992,

quando o então presidente dos Estados Unidos, George Bush, convidou o México para integrar o NAFTA.

O acordo reorganizou a economia mexicana, alterando diversos pontos da constituição do país.

Os capítulos XI, XIV, XIX e XX do estatuto que rege o NAFTA há considerações acerca da mobilidade do capital e do comércio [...]. No capítulo 11 há a concessão de determinados privilégios aos investidores estrangeiros que sobrepõem e anulam legislações nacionais, prevendo inclusive punições a qualquer tipo de intervenção jurídica ou política nacional que lese a livre ação desses investidores. (NASCIMENTO, 2008, p. 09)

Várias outras mudanças afetaram diretamente a parte social. Ainda segundo Nascimento (2008), o artigo 3 previa mudanças sobre a educação gratuita, o 123 sobre tutela social do trabalho, o 4, acerca da saúde, além do mais polêmico, o 27, que tornou os *éjidos* mercadoria, ou seja, passíveis de compra e venda, se tornando assim, a principal causa da emergência do movimento zapatista.

Com a aprovação do NAFTA, as barreiras alfandegárias foram abolidas, e por isso, os índios não tinham como competir com os agricultores americanos na produção do milho, muito menos com os produtos que estavam sendo importados e vendidos praticamente do mesmo preço ou até mais barato do que os produtos nacionais – como o arroz e o algodão, por exemplo. Além do mais, o acordo retirou o protecionismo aos preços do café, prejudicando toda a região de Chiapas.

O tratado não levou em consideração os diferentes graus de desenvolvimento econômico de cada país integrante. Em decorrência disso, o México se tornou o país mais lesado do acordo, segundo Nascimento (2008), uma vez que precisou fazer várias modificações nas suas leis para se adequar ao NAFTA – medidas que tiraram a autonomia do país para planejar pacotes econômicos que respondessem a sua necessidade. Nas palavras de Osvaldo Biz (2004), “ao aceitar o tratado, o México renunciou à sua própria governabilidade.”

Com o acordo, a economia mexicana foi devastada, especialmente a sua agricultura. O país era antes conhecido como um grande produtor de milho, feijão e leite, e hoje, o México tem que importar esses produtos do Canadá e Estados Unidos. Segundo Nascimento (2008), na época em que Vicente Fox era presidente, houve uma campanha para retirar todos os

subsídios governamentais para os camponeses. Atualmente, o subsídio ao campo é dez vezes menor do que os dados aos fazendeiros nos EUA.

Em 1994, segundo o Banco Mundial, 79% dos mexicanos do meio-rural viviam na pobreza e, em 1998, após quatro anos de gestão do NAFTA, este número subiu para 82%. No final de 1994, o México, devido à sua integração econômica com os EUA e Canadá, sofria profundamente com a desigualdade do nível de desenvolvimento das economias, tornando-se protagonista de uma grave crise especulativa que afetou as bolsas da América Latina. (NASCIMENTO, 2008, p. 10)

Os problemas econômicos somados aos constantes cortes nos investimentos federais contribuíram para o enfraquecimento e até a extinção das organizações governamentais de ajuda aos pequenos agricultores – o que acabou agravando significativamente a situação dos indígenas no país.

2.3 A modernização do preconceito

Com a consolidação da cultura capitalista e sua ideologia neoliberal, os indígenas passaram a ser percebidos como uma cultura inferior e associados ao “atraso” – atraso esse que deveria ser superado, pois para muitos, eles atrapalhavam o progresso e a modernização do país. As idéias de progresso e modernidade afetaram a sociedade neoliberal – que tinham por base a cultura e ideologia da classe dominante –, fazendo com que houvesse um processo de “esquecimento” ou abandono das tradições culturais e materiais dos indígenas.

Segundo Muñoz (2002), alguns liberais do século XIX propuseram, inclusive, que desaparecesse o termo “índio” e que só se falassem de diferenças entre cidadãos pobres e cidadãos ricos.

Porém, graças à resistência dessas etnias, não foi possível dentro dos Estados latino-americanos, ocorrer o que Hilsenbeck (2007), definiu como a “desindianização”. O processo de globalização capitalista não levou ao fim da diversidade ou a uma “homogeneização cultural”, e sim, ao fortalecimento das identidades.

Foi então que, quando os zapatistas trouxeram à tona a questão da diversidade cultural, eles conseguiram colocar a discussão não só na pauta da agenda nacional, como também, na internacional. Pois segundo Osvaldo Biz (2004), “o México era mais uma vez um país de três nações”:

[...] a minoria *criolla* das elites e da classe média alta, vivendo como elegância e abundância; a enorme maioria pobre *mestiza*; e a maioria absolutamente desprovida que era, nos tempos coloniais, chamada de a República dos Índios – povos indígenas de Chiapas, Oaxaca, Michoacan, Guerrero, Puebla, Chihuahua e Sonora, todos conhecidos hoje como el Mexico Profundo. (GRAY, 1999, p. 68 apud BIZ, 2004, p. 05)

A sociedade mexicana enxergava os índios como sujeitos inferiores. Eles eram alvos de racismo, de gozações e menosprezo. Como relata Fuser (1995, p. 50),

[...] até a eclosão da guerrilha em Chiapas, os índios eram obrigados a ceder o lugar no ônibus aos brancos e mestiços. Nas calçadas estreitas de San Cristóbal, que o autor visitou em abril de 1995, eles tinham de baixar para o meio da rua sempre que um colete cruzava o seu caminho. Eram (ou são) menos do que um negro dos Estados Unidos antes de Martin Luther King, menos do que um operário nordestino nas alamedas perfumadas dos Jardins, o reduto da elite paulistana.

Além do mais, a sociedade mexicana os considerava ignorantes e “logicamente influenciáveis”, além de colocarem em questão quem de fato estaria “por trás” dos índios zapatistas. Essa concepção preconceituosa ficou nítida, quando em 06 de janeiro de 1994, o então presidente Salinas de Gortari, em seu primeiro pronunciamento à nação após o levante, afirmou tratar-se de uma “conspiração estrangeira”, constituída por profissionais da violência. “Fracassariam, afirmava. Tal movimento, não poderia ser iniciativa dos indígenas, muito dos quais haviam sido envolvidos contra a sua própria vontade. Era gente de fora, “branca e universitária”. (Crespo, 1996, p. 34)

O salto dos indígenas de Chiapas, da ignorância e do desprezo oficiais às manchetes de jornais e Tvs do mundo todo, segundo Crespo (1996), pôs em evidência a existência de um outro México que se queria acabar, ou pelo menos esconder. Os mexicanos tiveram que engolir não apenas o fracasso do sonho de modernização salinista, como a inegável existência da desigualdade e da discriminação.

Porque morrer não dói, o que dói é o esquecimento. Descobrimos então que não existíamos mais, que os governos nossos se haviam esquecido na euforia de cifras e taxas de crescimento. Um país que esquece a si mesmo é um país triste; um país que esquece o seu

passado não pode ter futuro. E então nós nos agarramos às armas e nos metemos nas cidades onde éramos animais. E fomos e dissemos ao poderoso: ‘Aqui estamos!’ E gritamos ao país inteiro: ‘Aqui estamos!’ E gritamos ao mundo inteiro: ‘Aqui estamos!’ E vejam como são as coisas, porque para que nos vissem cobrimos nossos rostos; para que nos déssemos um nome, negamos nosso nome; apostamos no presente para ter um futuro; e para viver... morremos. (F.S.P. Domingo, 2 de abril de 1995 apud BIZ, 2004, p. 10)

2.4 A região mexicana de Chiapas

O território de Chiapas é o oitavo maior do México, agregando 111 municípios, e possuindo ao todo, cerca de 75.634 quilômetros quadrados. Em 2010, o número de habitantes alcançou a marca de 4,8 milhões, dos quais, segundo Kalna Mareto Teao (2000), noventa por cento são trabalhadores rurais. Esses trabalhadores possuem uma renda tão baixa, que mal cobre as despesas de alimentação.



(Mapa 1: México. Fonte: vmapas.com) (Mapa 2: Região de Chiapas. Fonte: chiapasviajes.com.mx)

Chiapas apresenta um quadro alarmante de desnutrição. Segundo Monteiro e Silva (2010), no espaço agrário, as fazendas contam com cerca de milhões de cabeças de gado, mas, apesar do peso da produção agropecuária chiapaneca na economia mexicana, 54 em cada 100 moradores do estado estão desnutridos, chegando estes índices de desnutrição ao altíssimo patamar de 80% da população residente nas regiões de montanha e de selva. Segundo Teao (2000), a alimentação da população do campo é composta basicamente por café, tortilha e

feijão. De acordo com um texto⁶ encaminhado a público no ano de 1994, de autoria do Subcomandante Marcos, a miséria naquele período causava a morte de um indivíduo a cada trinta e cinco minutos na região.

Embora o Estado forneça cerca de 60% da eletricidade do México, um terço das moradias de Chiapas não possuem energia elétrica. A maioria das demais, segundo Monteiro e Silva (2010), não possui sequer um lampião a gás. “Segundo o subcomandante Marcos, em 1990 dois terços do orçamento do Estado de Chiapas foi destinado para o investimento em energia” (SILVESTRE NETO, 2000, p. 98).

Além disso, Chiapas possui um generoso lençol de petróleo em seu subsolo.

De todas as instalações da indústria extrativa petroquímica Pemex, oitenta e dois por cento (82%) estão implantados em Chiapas. A Pemex absorve 92 mil barris de petróleo, além dos 1,47 milhões de metros cúbicos de gás por dia nos municípios de Ocosingo, Pichucalco, Ostucán, Reforma e Estación Juárez. (SILVESTRE NETO, 2000, p. 98)

Chiapas, segundo Teao (2000), é um lugar rico onde vivem pessoas pobres. A região possui muitas riquezas, porém, seus produtores não ficam com os lucros do seu trabalho, apenas com as despesas.

Em 1998 o produtor vendia seu café a 2.500 pesos o quilo; este mesmo café foi exportado pelo preço de 8.000 pesos, tendo como um dos maiores compradores os EUA. O Estado produz trinta e cinco por cento (35%) do café mexicano, sendo que cinquenta e três por cento da produção é destinada à exportação. O gado é comprado do produtor e vendido aos frigoríficos no mercado interno, pelos chamados coíotes, por um preço dez vezes maior. Chiapas produz cerca de 2.756 toneladas de mel e cera anualmente que são destinadas, em sua totalidade, à exportação para a Europa e os EUA. (SILVESTRE NETO, 2000, p. 98).

O povo indígena é formado basicamente por tzeltales, tzotziles, choles, zoques, tojolabales, dentre outros, somando no total mais de um milhão de indivíduos.

As crianças nas comunidades indígenas são forçadas a largarem as salas de aulas para fazerem trabalhos braçais. Elas carregam milho ou lenha, para garantirem a sobrevivência. Além disso, o ensino em Chiapas se mostra muito precário, principalmente nas zonas

⁶ Texto “Chiapas: o sudeste entre dois ventos, uma tempestade e uma profecia”, datado de meados de 1992. Encaminhado a público em janeiro de 1994, através do Departamento de Imprensa e Propaganda do EZLN, Selva Lacandona, México.

indígenas. Segundo Monteiro e Silva (2010), de cada 100 crianças que freqüentam o ensino primário, 72 não terminam a primeira série – o que faz com que metade da população indígena seja oficialmente considerada analfabeta.

Além dos problemas relacionados à educação, a saúde também enfrenta problemas na distribuição de recursos em relação aos demais estados. Segundo Silvestre Neto (2000), Chiapas conta com cinco vezes menos consultórios por habitantes do que a média nacional, além de, o número de centros cirúrgicos, médicos e enfermeiras serem 50% menor que o de outros estados.

Mas as desigualdades não existem apenas comparadas aos demais estados do país, elas existem principalmente dentro da região. A distribuição de terras privilegia a minoria, no que diz respeito a hectares. Ademais,

os governantes de Chiapas protegem os interesses dos latifundiários e dos grandes comerciantes locais, seus aliados políticos. Em contrapartida exercem enorme pressão sobre três dioceses da Igreja católica do Estado, que realizam trabalhos assistidos população carente. (SILVESTRE NETO, 2000, p. 99)

O presidente Salinas, em seu governo, acusava a Diocese de San Cristobal – liderado por Samuel Ruiz – de ter dado cobertura para o movimento Zapatista, e de conhecer a existência da EZLN antes do levante e não ter comunicado o governo. O bispo foi transferido daquela diocese pelo papa, mesmo ele tendo sido uma peça fundamental nas negociações de paz entre o Governo Federal e o EZLN.

De acordo com uma carta⁷ da EZLN datada de 1992, o conflito entre latifundiários e comerciantes contra os camponeses e a igreja, no Estado de Chiapas, geraram a morte de mais de 60 mil pessoas, sendo a sua maioria, pobres, durante os quatro anos do governo de Patrocínio Gonzáles Garrido, que durou de 1988 a 1993.

Após a conquista realizada no processo de reforma agrária – viabilizada pela burguesia mexicana, que visava conter as pressões das massas camponesas –, ao final da Insurreição Revolucionária de Pancho Villa e Emiliano Zapata de 1910, a maioria da população indígena passou então a morar em vilarejos, que ficam situados nos *ejidos*.

Com a nova ordem implantada no México, se fazia necessário o reconhecimento das conquistas desses povos a fim de neutralizá-los, para evitar possíveis conflitos futuros. Realizou-se portanto, no dia 5 de fevereiro de 1917, na cidade de Querétaro, um Congresso

⁷ Todos os documentos emitidos pelo EZLN podem ser encontrados no <http://www.ezln.org> e no site da Frente Zapatista de Libertação Nacional, <http://www.fzln.org.mx>.

Constituinte, onde foi proclamada uma nova Constituição, considerada uma das mais avançadas do mundo na época.

O artigo 27 dessa Constituição estabelece que as terras pertenciam à Nação Mexicana, e apenas a ela caberia a outorga da posse a particulares, medida de grande importância jurídica. A eliminação do latifúndio e a divisão de terra em pequenas propriedades foram sancionadas, estabelecendo uma extensão máxima segundo as diferentes regiões. Reconhecem também a restituição de terras comunais. Esse artigo proibiu a propriedade de terra aos estrangeiros, organizações religiosas e beneficentes, sociedades anônimas, empresas industriais, mineiras, comerciais e bancárias. (ALIMONDA, 1986, p. 52-53 apud SILVESTRE NETO, 2000, p. 100)

Devido ao processo de modernização, as comunidades indígenas e os camponeses vêm sendo expulsos de suas terras, devido à implantação de hidroelétricas, usinas extrativas de petróleo, serrarias e a expansão da criação de gado. Esses povos acabam vivendo de forma precária, visto que a terra onde eles se refugiam possui uma baixa produtividade agrícola, sendo elas nas montanhas e na selva.

Os latifundiários começaram a fazer uma constante pressão no que diz respeito ao caráter que impede a não comercialização das terras dos *ejidos*. Foi então que no ano de 1992, o artigo 27 da Constituição Mexicana sofreu uma alteração parcial.

A alteração revoga a proteção da propriedade coletiva, complicando ainda mais a situação das comunidades indígenas e camponesas que vivem entre as montanhas e a selva no estado de Chiapas. Após a alteração constitucional, os ejidatários, em condições de penúria medieval, passaram a vender suas terras a preços baixíssimos. (NETO, 2000, p. 101)

O impacto dessa medida não se dava apenas na estrutura econômica do país, mas também, na sobrevivência cultural dos indígenas. Segundo Teao (2000, p. 02), “para os herdeiros dos antigos maias, a terra define a cultura dos povos e sua identidade étnica”. O vínculo desses povos com a terra era moral, e não material ou mercantil. Para eles, a terra era um modo de vida, e não um meio de vida. Segundo Adonia Antunes Prado (2003, p. 07),

O EZLN têm duas raízes: um grupo político-militar urbano e uma organização indígena. O grupo urbano era pequeno, de orientação marxista-leninista, formado por gente de classe média que viu fechar suas alternativas políticas pelo monopólio do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Era uma organização clandestina que procurava crescer com o trabalho político, sabendo que um dia iria aderir à luta armada. Como precisava de um lugar para se preparar militarmente, entrou em contato com os indígenas de Chiapas que também haviam concluído que se esgotaria a via pacífica. De convergência de interesses surgiu o EZLN, em novembro de 1983. (ORTIZ, 1996, p. 40)

Nos primeiros anos, o grupo, que contava com a presença de dez indígenas – considerados os mais politizados –, se preocupava mais em como sobreviver na montanha. Eles ficaram na floresta sem receber ajuda dos vilarejos, e recebiam a comida apenas por uma rede clandestina que vinha da cidade. Ao tentarem descer das montanhas à noite, eles eram confundidos com bandidos e ladrões de gado pelos indígenas locais, e por isso, tiveram que abrir uma rede de atalhos no interior da selva para possibilitar sua movimentação sem que fossem vistos. Por ficar até meses sem fornecimento, o grupo teve que aprender a viver da caça e dos frutos que conseguiam coletar.

Essa sobrevivência e integração à montanha se tornaram a sua maior arma, pois, com a aproximação dos indígenas com os zapatistas, devido ao agravamento da miséria e repressão,

os guerrilheiros foram bem recebidos pelas comunidades pelo fato de terem sido considerados como homens da montanha, onde viveram, e não como homens da cidade. Perante as comunidades indígenas, os homens que permaneceram tanto tempo nas montanhas receberam um respeito particular devido à simbologia da tradição cultural indígena. (SILVESTRE NETO, 2000, p. 90)

A violência e a repressão exercidas pelos latifundiários e assistidas pelo governo, acabaram influenciando a população a assumir uma postura de autodefesa.

Os indígenas aceitaram a adesão à luta armada, porém sob a condição de obterem armas e treinamento. O grupo político-militar passou a dar instrução militar à população e esta o abastecia vendendo-lhe bacias, utensílios, arroz, milho, feijão e o que precisassem. Iniciou-se, então, o intercâmbio político, cultural e militar. (SILVESTRE NETO, 2000, p. 90)

As etnias de origem maia que aderiram à idéia de guerrilha (entre eles os tzeltal, tzotzil, chol e tojolabal), passaram a mandar seus filhos para as montanhas para que eles recebessem o treinamento militar, e se tornassem, portanto, guerrilheiros. Os indígenas começaram então a representar a maioria das pessoas dentro do EZLN. Por esse motivo, o grupo urbano teve que aprender a língua e a simbologia das comunidades.

O conhecimento político e cultural dos guerrilheiros foi assimilado pelos indígenas – os mesmos que faziam a intermediação entre os dois grupos. Por terem interpretado segundo as suas concepções de mundo, os indígenas acabaram assim, por criarem algo novo. Essa fusão de diferentes culturas foi então repassada aos guerrilheiros indígenas, que por comporem a maioria no grupo,

levaram para as comunidades uma ideologia que já não era mais a concepção inicial do grupo urbano do EZLN, nem tampouco a noção puramente indígena acumulada ao longo de cinco séculos de resistência, desde a apropriação espanhola do território mexicano.
(SILVESTRE NETO, 2000, p. 91)

Esta aproximação entre a organização político-militar e as comunidades indígenas – que ocorreu por volta de 1985 – gerou algo novo até então não entendido por eles. O produto deste contato, que jamais fora planejado pelos zapatistas, só foi compreendido posteriormente em suas reflexões.

É uma espécie de tradução, enriquecida pela perspectiva de uma transição política. A idéia de um mundo mais justo, mais ou menos tudo aquilo ao qual anseia o socialismo só que repensado, enriquecido de elementos humanitários, éticos, morais, mais do que propriamente indígenas. A revolução torna-se um problema essencialmente moral. Ético. Mais do que um problema de distribuição de riqueza ou de expropriação de meios de produção, a revolução representa a possibilidade de um espaço de dignidade para o ser humano. A dignidade começa a tornar-se um conceito muito importante e a idéia não é nossa, não vem do grupo urbano, vem das comunidades. A revolução torna-se a garantia de que a dignidade existe e deve ser respeitada” (GENNARI apud LE BOT, 1997 apud SILVESTRE NETO, 2000, p. 91).

Em seu primeiro contato com os povos indígenas, os guerrilheiros do EZLN pensavam ter encontrado um povo explorado, e pensaram que cabia a eles mostrar-lhes o caminho a seguir. Porém, ao terem contato com as lideranças políticas do grupo de mediação das

comunidades, os guerrilheiros urbanos compreenderam toda a tradição histórica de lutas políticas desses povos. Foi então que “o grupo urbano assumiu uma postura de reforço armado no processo de união com as comunidades rurais indígenas” (SILVESTRE NETO, 2000). Eles passaram a aprender com os indígenas além de se adequarem às comunidades, tornando-se mais um aliado às formas de resistência indígena. Essa relação se ampliou entre o final do ano de 1988 e o início de 1989, período onde centenas de indígenas encontravam-se em treinamento.

A Revolução Mexicana teve um papel muito importante na história do país, no que diz respeito à reforma agrária, aos investimentos na agricultura e na mudança da então Constituição liberal de 1857. Porém, a história do México continuou sendo marcada pela miséria e o descaso vivido pelos camponeses e os indígenas, além da constante disputa de terras com os fazendeiros.

Essa grande parcela da população mexicana sofreu com os abusos dos governantes que só se mantiveram no poder por meio de fraudes, manipulação e repressão.

Porém, assim como Gramsci escreve em sua obra, nenhum regime autoritário consegue manter-se por muito tempo no poder fazendo o uso da violência e expondo a população à miséria, pois sempre haverá uma pequena parcela da sociedade contra o regime hegemônico, que terá o poder da revolução em suas mãos. Foi o caso de Emiliano Zapata, em 1910 e do grupo urbano que se refugiou na selva no início dos anos 1980, dando origem ao Exército Zapatista de Libertação Nacional.

3 A INSURGÊNCIA ZAPATISTA EM UMA SOCIEDADE EM REDE

O presente capítulo tem como objetivo analisar como o potencial ciclo de violência do movimento Zapatista acabou sendo evitado pela transnacionalização do movimento por meio das redes.

Além disso, será mostrado como foi o processo da insurgência zapatista em Chiapas, conhecida pela expressão “¡Ya Basta!”, no ano de 1994, e como aconteceu a transição do conflito armado para o conflito virtual, fazendo com que a busca de soluções por meios pacíficos se tornasse uma das principais características do movimento.

Por fim, serão abordadas as redes e os novos canais de diálogo políticos desenvolvidos pelos guerrilheiros do EZLN, em meio a sua guerra contra a desinformação.

3.1. As condições microssociais da violência política

O sistema capitalista gerou uma mudança social muito vasta, e fez com que a sua ideologia se transformasse em uma grande ferramenta de legitimidade.

O surgimento do capitalismo fez com que os grandes governantes buscassem e dessem ênfase ao que David Laitin (1999) chama de “cultura nacional comum”, pois a solidificação de uma só cultura traria coerência e eficiência às leis do Estado. Porém, todo esse processo de mudança e modernização culminou no surgimento dos movimentos nacionalistas. O desenvolvimento capitalista fez com que uma minoria se tornasse rica, enquanto que a maioria da população se encontrava em uma situação oposta. Quando esse tipo de situação se instaura, existe a probabilidade de uma parte da camada maior da população – geralmente com alguma identidade comum – se mobilizar contra a minoria bem sucedida. Portanto, existe a possibilidade da violência se tornar um dos mecanismos a serem utilizados – em contrapartida, o Estado ao se sentir ameaçado e economicamente fraco em relação aos demais, pode liderar uma perseguição às minorias, que venham a ser consideradas como culpadas pelo atraso do desenvolvimento.

Those who are losers in the processes of change will employ the powerful ideology in a violent way to confront the winners... People who are “relatively deprived” or who face “status of inferiority” can be induced to act violently. (LAITIN, 1999, p. 23)

Porém, não são os aspectos macro que explicam o uso da violência como ferramenta. Segundo Laitin (1999), existem alguns aspectos microssociais que podem levar ou não os movimentos nacionalistas a fazerem o uso da violência.

A primeira condição necessária para isso é uma estrutura social rural densa. Os movimentos violentos necessitam de recrutas e, para que esses recrutas estejam dispostos a lutar, existem duas condições primordiais. Primeiro, é necessário que haja uma camada social onde a violência seja algo que faça parte do repertório cultural. O autor cita a classe média – que a priori, é quem lidera o movimento e não se compromete a fazer parte das atividades violentas – e principalmente, a classe média baixa e os jovens da classe operária dos guetos, cidades pequenas e sociedades rurais. Segundo, o fato desses jovens que fazem parte de grupos sociais locais (em oposição à política ou à economia) formarem os melhores recrutas para bandos violentos. Considera-se que dentro das sociedades rurais e as pequenas cidades, geralmente exista a presença de um partido nacionalista em cada aldeia. Apesar desses partidos se encontrarem em uma posição favorável à negociação com os partidos de centro do Estado – pois é através deles que as demandas desses grupos são apresentadas – segundo Laitin (1999), quanto maior o número desses grupos, maior a probabilidade dos seus líderes praticarem uma campanha terrorista para alcançarem seus sonhos nacionalistas.

A segunda condição necessária seria o chamado “*tipping game*”. Quanto maior a diferença entre a cultura da classe dominante e a cultura regional, maior a probabilidade da violência se tornar uma tática viável para que a contra-hegemonia continue tendo força. Nesse processo, é muito importante que seja feito o uso dos canais de diálogo, para que ambas as culturas consigam manter certo nível de diálogo, ocasionando eventuais acordos. Quando os canais de diálogo são cortados, a probabilidade de a violência ser usada como principal ferramenta se torna muito alta, logo, quando são criados mecanismos de representação e participação, essa probabilidade cai.

O terceiro conjunto de mecanismos representa como a violência é mantida. A violência só é usada em casos onde existem as condições necessárias e quando há fortes incentivos para o seu uso. Segundo Laitin (1999), uma vez que a violência começa, ela se manterá devido a três fatores: primeiro, os movimentos nacionalistas enfrentam as forças da polícia e de exércitos que são bem mais institucionalizados e possuem maior poder de fogo do que eles. Por isso, seria irracional para qualquer um se juntar a um exército que possui grandes chances de ser esmagado. Porém, quando eles conseguem a vitória – considerada pelo autor um caso extremamente raro e de difícil explicação baseado nos fatores estruturais sociais – esse evento tem o poder de estimular novos recrutas a se juntarem ao movimento, pois eles passam a vê-los como vitoriosos. Segundo, se os custos de deixar a organização terrorista forem altos. Por exemplo, em caso de uma possível vitória, uma nova tirania pode surgir – uma tirania com custos irrecuperáveis. Depois que os recrutas se juntam a uma

organização militar ilegal, e depois de cometerem atos violentos, se torna extremamente difícil para eles – psicologicamente e por motivos de segurança – voltarem a uma política mais tranquila. E terceiro, se uma cultura de violência se tornar institucionalizada, onde as pessoas normais se tornam indiferentes à violência e começam a vê-la como algo normal e plausível – devido aos ciclos de represálias entre o movimento nacionalista e o estado autoritário.

O autor cita como exemplo o caso dos movimentos nacionalistas que surgiram nas regiões espanholas da Catalunha e do país Basco. Ambos viviam na mesma situação macrosocial, porém, os fatores microsociais foram decisivos para que movimento nacionalista – que tinha o nacionalismo caracterizado pelo racismo – do País Basco fizesse o uso da violência, e o da Catalunha, que era mais tolerante, não. Também estuda os pares de Ucrânia e Geórgia. E verifica a validade de suas hipóteses para esses casos comparados também.

Apesar de apresentar todas as características citadas por Laitin que poderiam levar um movimento a fazer o uso da violência, o EZLN mesmo com uma base rural sólida, mesmo tendo visto a sua cultura se distanciar cada vez mais da cultura instaurada pelos governantes, e tendo tido os seus canais de diálogos cortados com o governo, os zapatistas – ou neo-zapatistas, como alguns autores⁸ gostam de chamar – desenvolveram o seu exército no meio da selva e se tornaram um movimento de características pacíficas nunca antes vistas.

Baseado em uma estrutura rural, os milhares de indígenas e camponeses que integraram o EZLN seguiram um rumo completamente inesperado, comprovando a teoria de Laitin, de que era preciso que houvesse as três características para que o uso da violência se tornasse legítimo. Contudo, no caso dos guerrilheiros, ao verem seus canais de diálogo sendo cortados pelo governo, passaram a desenvolver seus próprios canais de diálogo, utilizando-se de uma das ferramentas da globalização. Apesar do desenvolvimento do Exército Zapatista de Libertação Nação ser um fato consumado, os zapatistas buscaram nos intelectuais a base e a força para a sua organização. Como no entendimento de Gramsci de que o papel dos intelectuais é extremamente importante para o processo de mudança, a revolução apresentou características que mais tarde, serviriam de exemplo para os demais movimentos que surgiram posteriormente.

O processo de modernização mexicana deixou claro que a diferença entre a cultura regional maia, presente desde os tempos anteriores à colonização, estava se tornando cada vez

⁸ Como por exemplo, Abigail Andrews em “Constructing Mutuality: The Zapatista’s Transformation of Transnational Activist Power Dynamics”.

maior em relação à nova cultura instaurada pelos neoliberais, que sonhavam com a entrada do país no primeiro mundo. Além de serem considerados os culpados pelo atraso do desenvolvimento, os descendentes dos maias passaram a ser perseguidos, e em casos mais extremos, a serem assassinados. Durante todo o processo de desenvolvimento do Exército Zapatista, por várias vezes, tentou-se fazer o uso dos canais de diálogos entre o movimento e o governo, na tentativa de que as demandas fossem atendidas pelo Estado de forma pacífica.

Os insurgentes tentaram, ao máximo, serem ouvidos, porém, tudo o que recebiam em troca eram promessas e mais promessas, enquanto viam a sua situação se agravar ainda mais.

Foi então que no dia 1º de janeiro de 1994, o exército zapatista, que teve o levante caracterizado pelo grito de “¡Ya Basta!”, tomou várias cidades mexicanas, e obrigou o governo a não só enxergá-los, como também, a tomar alguma atitude em relação à condição desumana em que estavam vivendo. O que começou com o apoio da sociedade – que marchou ao lado dos indígenas anos antes por mais de 10 quilômetros, protestando contra a corrupção, a modificação do artigo 27, entre outros –, acabou por ser deslegitimado devido ao uso da violência. Quando tomaram as cidades, os zapatistas caminhavam pelas ruas e conversaram com os cidadãos que também estavam sendo afetados pelo levante. Segundo José Jr (2006), após o choque inicial de combate e principalmente após o plebiscito mostrando que a opinião do povo mexicano era a favor do cessar fogo, o EZLN começou a apresentar uma forma de combate totalmente diferente.

Mostrando-se extremamente confiante, apoiado no folclore indígena reelaborado pelas palavras do Subcomandante Marcos, o EZLN começou a utilizar ‘armas’ até então novas para os guerrilheiros, a mídia. (JOSÉ JR, 2006, p. 02)

A globalização, ao possibilitar aos cidadãos do mundo toda uma maior troca de informações e idéias em tempo real e de forma extremamente rápida, também possibilitou aos movimentos sociais contra-hegemônicos fazerem uso da internet para difundirem suas ideologias.

O surgimento das redes de comunicação fez com o que cyberspaço se tornasse um cenário de ação política, democraticamente livre, onde os problemas sociais passaram não apenas a serem percebidos, como também, discutidos. O acesso aos meios de comunicação e toda a dinâmica da globalização permitiram uma mudança de mentalidade frente aos acontecimentos – políticos, sociais, econômicos, etc. – no âmbito nacional e internacional e proporcionou uma maior autonomia para os cidadãos ao retratarem notícias, que muitas vezes,

eram censuradas pelos Estados, quebrando de vez, o discurso da antiga imprensa manipuladora.

O uso da comunicação como expressão e rebeldia possibilitou a formação de uma esfera pública de discussão, fazendo do cyberespaço um espaço legítimo para a criação de discursos contra-hegemônicos.

Dessa forma, através dos canais políticos – formais e alternativos –, o EZLN, por meio das redes, ultrapassou as barreiras da mídia que era controlada pelo Estado, e mostrou ao mundo que todas as notícias veiculadas pelos jornais e pela televisão, na verdade, não passavam de informações manipuladas e modificadas pelo governo para marginalizá-los. A comunidade internacional, ao tomar conhecimento dos relatos vindos das pessoas que estavam no cerne do problema, solidarizou-se e passou a fazer pressão para que o governo parasse com a opressão realizada contra aos insurgentes, e principalmente, que retirasse as suas tropas das cidades que haviam sido tomadas pelo EZLN.

Além do problema da deslegitimação do movimento, devido ao uso da violência, os guerrilheiros do EZLN tinham plena consciência de que a força militar possuída por eles era, de fato, muito inferior comparada ao exército do Estado. Ficou óbvio para eles que, caso decidissem continuar a utilizar a força do exército rebelde, os insurgentes seriam massacrados, e por isso, segundo a teoria de Laitin, seria uma decisão irracional a ser tomada. A partir daí, o movimento passou a afetar o Estado através das chamadas “operações de informação”, fazendo com que o poder migrasse dos atores estatais para os não-estatais. Por esses atores serem capazes de se organizarem em um alastramento de redes multiorganizacionais mais rapidamente do que os atores estatais, hierárquicos e tradicionais, o conhecimento passou a ser a chave do conflito. Por isso, o EZLN passou a fazer uso do chamado “*soft power*” por meio da “*netwar*”.

Portanto, o movimento zapatista ficou conhecido pelo seu caráter pacífico, e principalmente, pela utilização da internet, formando uma rede de colaboração entre grupos pacifistas e grupos esquerdistas – denominada por John Arquilla e David Ronfeldt de “*the all-channel network*” –, que pressionou o governo mexicano a tomar providências em relação à causa indígena, contando com a ajuda de diversos organismos internacionais.

3.2 ¡Ya Basta!

No ano de 1988, as fraudes eleitorais representaram para os indígenas mais politizados, o fim da tentativa de solução pacífica dos problemas relacionados à comunidade.

Várias crianças estavam morrendo na selva devido às epidemias, e a queda do preço do café contribuiu ainda mais para o levante zapatista. Porém, o fator mais agravante – que acabou por dar mais credibilidade ao EZLN, e deslegitimar o governo frente à sociedade mexicana – segundo Silvestre Neto (2000), foi o fracasso do Exército Federal Mexicano ao vasculhar a Selva Lacandona. Naquela época, o então presidente Salinas, afirmou tratar-se de um grupo de narcoguerrilheiros⁹ e deu ordens para que o exército realizasse uma operação para encontrar supostas plantações de maconha. Por não terem encontrado nada na Selva, nem plantações de maconha e muito menos os guerrilheiros, o exército perdeu completamente a sua credibilidade.

O fato é que a "autoridade do corpo político" corria risco com o desprestígio da incapacidade do controle militar. A resposta foram assassinatos de camponeses nas regiões da Selva Lacandona e do norte de Chiapas. As populações dessas comunidades sentiram que estavam sendo atacadas diretamente pelas forças militares que deveriam protegê-las. Os habitantes das comunidades próximas de Lacandona, conseqüentemente, não encontravam mais segurança nas vias pacíficas de atuação política. Tal realidade social agredia a dignidade do povo indígena ao ponto de não mais ser possível suportá-la. (SILVESTRE NETO, 2000, p. 93)

Devido aos assassinatos e à modificação do Artigo 27, os indígenas se encontravam em uma total situação de exclusão social, restando-lhes apenas a alternativa da luta armada.

De 1989 e 1990, o EZLN passou a receber ajuda de vários povoados da região, e aumentou o seu número de centenas a milhares de combatentes. Mesmo durante o dia, os guerrilheiros passaram a andar abertamente de forma segura pelos vales da selva. Por produzirem as condições para a guerra e por ajudarem no cultivo da terra, o exército se tornou popular. Com isso, foram criadas oficinas para produção de armas, além de treinarem enfermeiros e professores que ensinassem a ler a história do México. Enfim, criou-se um sistema de produção que girava em torno de uma economia de guerra. (SILVESTRE NETO, 2000).

Segundo Gennari (2000), os povoados alcançaram um ponto do qual já não dava mais pra voltar; a vontade deles era expressa pelas lideranças indígenas, as lideranças das comunidades e as regionais – que em seguida, viriam a integrar o comitê. As lideranças indígenas declararam que era necessário começar a guerra em 1992, porém, em uma reunião,

⁹ É importante enfatizar que, dentre algumas condições impostas aos camponeses e indígenas que buscavam se tornar guerrilheiros do EZLN, o não uso de álcool, maconha ou qualquer outro tipo de droga, lícita ou ilícita, era uma delas.

os dirigentes – em comum acordo com o comando – explicaram que a situação internacional era desfavorável, e que a conjuntura nacional não deixava espaço para a menor tentativa de mudança, e menos ainda, para a luta armada.

Começava assim, a primeira de muitas consultas que seriam realizadas pelos líderes com cerca de quatrocentas a quinhentas comunidades de quatro etnias: tzotzil, chol, tojolabal e tzelzal. Ao final das consultas, a maioria havia votado pela guerra.

Em dezembro de 92, uma vez conhecido o resultado da consulta, fizemos uma reunião entre a direção indígena e o comando de montanha' do EZLN, durante a qual refletíamos sobre como modificar a estrutura da direção diante da guerra: é necessário que o verdadeiro EZLN, ou seja, as comunidades indígenas assumam o controle de toda a organização, inclusive nas cidades, e, como queremos que a guerra tenha caráter nacional e não local, ela deve atingir todo o território ou, pelo menos, todos os estados nos quais o EZLN está presente. (GENNARI, 2000, p. 22)

Novamente, no ano de 1993, as lideranças demonstraram a sua determinação pela guerra, e através de uma assembléia, estabeleceram reivindicações que, segundo Silvestre Neto (2000), não eram apenas indígenas, mas abrangiam também interesses de caráter nacional. As palavras de ordem passaram a ser “Democracia, Liberdade e Justiça”.

Foi então que, em 1º de janeiro de 1994, no momento histórico do seu levante armado, o Exército Zapatista de Libertação Nacional chamou a atenção da imprensa não só nacional, mas também internacional, além de atrair os olhares de intelectuais e cidadãos de várias partes do mundo.

Com o grito de “¡Ya Basta!”, o EZLN tomou o controle de sete municípios do Estado de Chiapas, e através da Primeira Declaração da Selva Lacandona¹⁰, se revelaram ao mundo, solicitando a participação da sociedade mexicana para a instituição de um sistema político livre e democrático no país.

Tomamos sete cidades de Chiapas sem atacar civis, na madrugada de 1º de janeiro, quando o homem mais poderoso do país e seus cúmplices celebravam a entrada em vigor do Tratado de livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que tantos prejuízos traria aos mexicanos. O objetivo era transmitir nossa mensagem. Por isso dizemos que a guerra zapatista é por fazer-se escutar, para obrigar o

¹⁰ A Primeira Declaração da Selva Lacandona se tratava de uma declaração de guerra contra o sistema de partido de Estado. A Declaração visava a transição para a democracia, condicionada na realização de suas necessidades listadas em onze pontos: casa, terra, trabalho, pão, saúde, educação, autonomia, liberdade, justiça, democracia e paz. O apelo foi dirigido aos senadores e deputados da União para que assumissem o controle da transição. A sociedade civil também foi chamada a participar, em todas as áreas em que atuava, para a transição do que se idealizava como democracia. (SILVESTRE NETO, 2000).

México primeiro-mundista a ouvir sua população esquecida, seu grito de “¡Ya basta!”. (OTIZ, 1996, p. 42).

Os guerrilheiros afirmavam estarem apenas colocando em prática aquilo que o Artigo 39 da Constituição os garantia por lei. De acordo com o texto do Artigo 39:

A soberania nacional reside essencialmente e originalmente do povo. Todo poder público emana do povo e se institui em benefício dele. Em qualquer tempo, o povo tem o inalienável direito de alterar ou modificar a forma de seu governo. (GENNARI, 2000, p. 13).

Segundo Ortiz (2005), nos primeiros dias em que ocuparam a antiga capital de Chiapas, San Cristóbal de Las Casas, o subcomandante Marcos – chefe e porta-voz do EZLN – concedeu entrevistas a jornalistas e correspondentes que chegavam de várias partes do mundo. Além disso, Marcos também conversou com os moradores e turistas que estavam assustados e sem entender o que estava acontecendo.

Uma viajante norte-americana quis saber como fazer para sair da cidade, pois estava de férias e queria prosseguir em seu roteiro turístico pela região, onde há sítios arqueológicos famosos, como o de Palenque. “Estamos no meio de uma guerra, minha senhora, mas podemos lhe dar um salvo-conduto para sair da cidade”, explicava um paciente e educado mascarado, apelidado *el sub* Marcos. (ORTIZ, 2005, p. 02).

O governo mexicano, por ter sido pego de surpresa, demorou alguns dias para reagir, mas em resposta ao levante zapatista, enviou tropas do exército para toda a região de Chiapas, deixando a cidade completamente militarizada. Alguns membros do EZLN foram presos e executados – ocorrendo até casos de bombardeio em algumas comunidades – porém, a maioria já havia recuado para seus esconderijos na selva ou nas montanhas.

Graças ao grande número de simpatizantes que o movimento adquiriu, no dia 12 de janeiro de 1994, a sociedade civil se mobilizou e exigiu que o governo tirasse as tropas da cidade e buscasse resolver tudo de forma pacífica.

A partir daí, o EZLN trocou as suas armas por outra que seria muito mais eficaz, e que até então, nunca havia sido utilizada por nenhum grupo de guerrilheiros: a mídia. No dia seguinte ao levante, vários veículos de comunicação haviam publicado a Primeira Declaração

da Selva Lacandona, e em poucos minutos, vários simpatizantes do movimento já haviam disponibilizado o texto na íntegra em seus blogs e em vários sites por toda a rede.

Graças ao fluxo de informações que circularam através das redes mundiais, pessoas do mundo inteiro puderam ter acesso aos reais fatos que estavam acontecendo na cidade de Chiapas. O governo mexicano, através da mídia estatal, manipulava as informações para que o mundo inteiro – que naquele momento, estava com a atenção totalmente voltada para o país – não tomasse conhecimento dos atos violentos que estava ordenando, além de colocá-los como narcoguerrilheiros. Foi então que o EZLN passou a combinar as formas tradicionais de comunicação das comunidades indígenas com as novas tecnologias, e com isso, conseguiu furar o bloqueio informativo. O exército possuía informantes que conheciam muito bem a selva e levavam, através das trilhas, os comunicados e discursos, para a chamada “mídia velha”, ou seja, para jornais, centros de mídias, revistas e outros canais independentes de comunicação. Toda essa atividade se dava, segundo Hilsenbeck Filho (2007), para burlar o cerco do Exército Mexicano. Além disso, segundo José Jr.,

um grande contingente de jornalistas começou a ter acesso ao território controlado pelo EZLN, e a partir deste momento pôde-se ter um maior conhecimento acerca da vida nas comunidades da selva e foram feitas as primeiras entrevistas com o ‘sub’ e com a comandância indígena. (2006, p. 04),

Quando as notícias acerca da repressão que o EZLN estava sofrendo pelo Exército Federal Mexicano começaram a circular pelas redes, a comunidade internacional se mobilizou e passou a fazer uma enorme pressão para que o governo retirasse as suas tropas da cidade e para que as reivindicações feitas pelos indígenas e camponeses – consideradas justas – fossem atendidas.

Surgia, portanto, uma rede transnacional de ativistas, que juntos, lutariam contra as forças do neoliberalismo, as desigualdades e dariam início a uma *social netwar*.

3.3 Redes e a ampliação dos canais de diálogo político

Com a explosão dos comunicados zapatistas e das notícias sobre a insurgência na cidade de Chiapas pela a rede, várias especulações foram surgindo a respeito de como seria feito o uso da internet pelo exército de indígenas e camponeses, que mal possuíam energia elétrica em suas casas, e que até então, não tinham muito acesso a computadores e às novas

tecnologias. Segundo José Jr. (2006), vários mitos foram criados a respeito da forma utilizada pelo EZLN, ou mais especificamente, pelo Subcomandante Marcos. A partir das especulações, criou-se a imagem de um Marcos munido de um laptop vagando pela selva e enviando seus belos comunicados através de um modem, enchendo a internet e o mundo de informações sobre a situação vivida pelos indígenas de Chiapas.

Porém, a enxurrada de notícias que circulou pela rede a partir do dia 1º de janeiro de 1994 a respeito dos insurgentes, deu-se, em sua grande parte, pelos milhares de simpatizantes do movimento, que ao receberem as primeiras notícias publicadas pelos jornais do mundo todo – que possuíam correspondentes nos quatro cantos de Chiapas – passaram a buscar pela rede maiores informações a respeito da causa indígena. Segundo Ortiz (2005), o próprio diário mexicano *La Jornada* publicou na íntegra a Primeira Declaração da Selva Lacandona no dia seguinte ao levante armado. A declaração foi prontamente traduzida para o inglês e vários outros idiomas, e passou a ser divulgada por toda a rede. A partir daí, vários fóruns foram sendo criados com fins de debates entre ativistas de direitos humanos, movimentos sociais, organizações não governamentais, estudantes, intelectuais e pessoas normais que se interessaram pelas causas do movimento. Pessoas do mundo todo criaram blogs que explicavam os motivos pelos quais o EZLN havia tomado os sete municípios da cidade de Chiapas, e divulgaram na íntegra o documento da revolta zapatista.

Com esse grande fluxo de informações circulando pela rede, a utilização da internet pelo movimento passou de uma simples causalidade, para, aos poucos, transformar-se em uma necessidade, a partir do momento em que o exército resolveu trocar as armas pelas palavras.

A partir de então, foi criada a página na web da Frente Zapatista de Libertação Nacional, que disponibiliza documentos políticos da Frente, arquivos de comunicados do EZLN, resumos de notícias sobre Chiapas e “links” para o movimento de solidariedade no México e no exterior (JOSÉ JR., 2006). Por conseguinte, vários outros sites relacionados ao movimento e a situação em Chiapas começaram a se multiplicar. Porém, o surgimento da página na web do Congresso Nacional Indígena (CNI) foi de maior impacto, visto que é ele que coordena as ações de solidariedade do movimento indígena mexicano em relação a Chiapas e por ser uma das principais organizações que integram o EZLN. Além disso, o

movimento também conta com o diário *La Jornada* e a revista *Proceso*¹¹ para manterem em suas edições o maior volume de informações sobre Chiapas, entre os meios de comunicação.

Ao usufruir da facilidade de comunicação proporcionada pela internet, os insurgentes começaram a organizar discussões, encontros, debates, mobilizações relâmpagos, passeatas e manifestações, e contavam com a ajuda dos simpatizantes – como foi o caso de um grupo que manifesta apoio direto ao EZLN na internet, o ¡Ya Basta! – para a organização de passeatas e caravanas, que marcham a favor dos direitos não só dos indígenas e camponeses, mas também de todos aqueles que se sentem excluídos.

Este grupo juntamente com muitos estudantes mexicanos, escoltou o EZLN em sua caravana desde San Cristobal de Las Casas até a Cidade do México, que ficou conhecida, na mídia mexicana, como ZAPATUR. A caravana foi liderada pelo conselho de 24 comandantes zapatistas, em uniforme completo e máscaras (embora sem armas), inclusive o próprio subcomandante Marcos. Como nunca se ouviu falar do comando zapatista viajando para fora de Chiapas (e havia vigilantes ameaçando duelos mortais com Marcos ao longo de todo o caminho), o ‘ZAPATUR’ precisava de segurança estrita. A Cruz Vermelha recusou a tarefa, que começou a ser providenciada por várias centenas de ativistas italianos do ¡Ya Basta! (a segurança foi garantida por grupos locais). Centenas de estudantes, pequenos agricultores e militantes se uniram ao espetáculo itinerante, e milhares foram se juntando a eles pelo caminho. (JOSÉ JR., 2006, p. 07).

Mesmo com poucos recursos, o ELZN – ao se utilizar das ferramentas midiáticas como meio de divulgação – conseguiu formar uma rede de colaboração entre o movimento e outros grupos pacifistas, onde todos estavam conectados entre si, formando uma “*all-channel network*”, que atingiu não só a esfera local, como a nacional e a global. Ao integrarem ativistas através da força de mobilização da internet, que visavam propagar e proteger os direitos humanos, os insurgentes zapatistas deram início a uma *social netwar*, travando uma verdadeira guerra contra a desinformação. Dessa forma, apesar do conflito militar tradicional ficar restrito aos solos de Chiapas, os zapatistas conseguiram ultrapassar fronteiras e alastrar seu alcance político não só pelo Estado Mexicano, mas por todo o mundo, tecendo o que Hilsenbeck Filho (2007), chama de “um novo sistema de luta”. A utilização da internet foi, sem dúvida alguma, uma das formas do movimento escapar da tradicional censura dos meios de comunicação.

Porém, o EZLN não utiliza a mídia apenas como um instrumento de comunicação. Além dos comunicados e documentos referentes à guerrilha disponibilizados em várias

¹¹ Podem ser encontrados no site da Laneta: <http://www.laneta.apc.org>.

páginas da web, os insurgentes zapatistas também produzem uma vasta obra literária, onde divulgam suas crenças, histórias indígenas, mitos, lendas e poesias, sendo algumas delas em forma de quadrinhos – para alcançar o público infantil¹². Com uma guerra de posição por meio das palavras, os rebeldes de Chiapas, com a ajuda de seus intelectuais chamam a atenção tanto dos adultos, como das crianças. Toda essa obra repleta de tradição se resume a uma estratégia de comunicação devido à necessidade que o movimento tem de traduzir a linguagem entre os dois mundos, e fazer com que haja um auxílio à compreensão dos objetivos e das táticas da luta zapatista. Segundo Rubim (2002), esta linguagem tem por intuito reforçar a auto-estima indígena e legitimar a guerrilha através da criação de uma cultura política zapatista e da reinvenção da história mexicana. Isso, de certa forma, rompe com as tradições dos movimentos de esquerda.

A influência que o Subcomandante Marcos exerce sobre a retórica zapatista, ao desempenhar o papel de um verdadeiro intelectual orgânico, se tornou notável aos olhos do governo – além da sua visibilidade e carisma. Ao perceber que as suas tentativas de deslegitimar o movimento não estavam funcionando, o presidente Zedillo, em uma mensagem televisada, pensou estar dando um verdadeiro “golpe de mestre” ao “desmascarar” o Subcomandante e ao “revelar” a sua verdadeira identidade. Em meio a calúnias, o presidente afirmou se tratar de um ex-funcionário de um bar, da cidade de São Francisco (EUA), que havia sido demitido por ser homossexual. Segundo Hilsenbeck Filho (2007), a chamada do jornal era “*Un maricas revolucionário*”. Mais uma vez, a investida do governo resultou em um verdadeiro fracasso a partir do momento em que Marcos respondeu afirmando que ele era um gay em São Francisco, um judeu na Alemanha nazista, um palestino em Israel, uma mulher pobre em qualquer cidade do terceiro mundo, e ao longo de um longo discurso, afirmou ser todos os excluídos e oprimidos do mundo. Além disso, segundo Hilsenbeck Filho (2007), a “sociedade civil” mexicana lançou a consigna “Todos somos Marcos” e “*El pueblo es Marcos*”.

Todo esse mistério envolvendo a identidade de Marcos e de todos os zapatistas, se dá pelo uso estratégico dos *paliates* (que são lenços que cobrem o rosto) e das *pasamontañas* (que são os gorros que cobrem o rosto inteiro, deixando à vista apenas os olhos e a boca). Inicialmente usados como uma jogada de marketing, eles serviram como uma forma de evitar

¹² Por exemplo, Marcos criou o personagem *Don Durito* ao escrever para uma criança que havia enviado uma carta para ele.

a repressão das forças governistas sobre os rebeldes e suas famílias, além de garantirem a vantagem do anonimato, proporcionando a eles o poder de assumirem uma postura de combatentes em um momento, e no outro, a de cidadãos comuns integrados à sociedade civil.

O *pasamontañas* [...] sintetiza o sentimento de exclusão política gerada pelo autoritarismo, em que o medo da perseguição política torna o anonimato atraente para os que nutrem opiniões dissidentes. (FIGUEIREDO, 2006, p. 154).

Além disso, nas palavras de Hilsenbeck Filho (2007, p. 135),

O *pasamontañas* também serve como espelho, em que o restante da nação possa se olhar e identificar-se com os insurgentes, com os sem-rostro que tiveram que esconder suas ‘idênticas’ faces indígenas para se fazerem visíveis.

Ao fazer com que o restante da nação se identificasse com o movimento, os zapatistas buscaram agregar a sociedade civil e a opinião pública à sua luta. O EZLN não se limitou apenas ao ato de comunicar e combater a desinformação. Mais do que isso, criaram novos mecanismos de participação popular, para que houvesse relações de diálogo entre os insurgentes e a população – alcançando também as populações em esfera global –, no importante processo de tomada de decisões políticas. A visão Coxiana de que somente através da sociedade civil é possível haver a criação de uma nova base político-social, capaz de gerar mudanças estruturais a longo prazo, foi incorporada – talvez de forma imperceptível – à questão zapatista, a partir do momento em que eles passaram a entender os indivíduos não apenas como meros receptores de informação, mas também como sujeitos políticos. Exemplos dessa participação, segundo Hilsenbeck Filho (2007), foram a Convenção Nacional Democrática¹³ e as mesas de diálogo que ocorreram durante o processo de negociação com o governo federal, quando a sociedade civil foi consultada sobre possíveis pontos de acordo, através de questionários, textos livres e debates. O resultado dessa incorporação da sociedade ao movimento foi a criação de uma extensa e atuante rede internacional de solidariedade, articulada principalmente pela internet – mas não apenas por ela – com a capacidade de

¹³ Realizada de 06 a 09 de agosto de 1994, onde reuniu mais de seis mil pessoas de centenas de entidades da “sociedade civil”, entre personalidades e lideranças políticas e tinha por objetivo colocar a sociedade civil como sujeito privilegiado de transformações democráticas, além de reintroduzir a causa zapatista na agenda política nacional. A CND passou a ser a principal interlocutora do movimento zapatista. (HILSENBECK, 2007).

mobilizar diversas organizações ao redor do globo e milhares de pessoas, na luta pela transformação da ordem global.

Apesar de dispor de todos esses canais de diálogos, às vezes, ao invés de fazer o uso da palavra, o movimento opta pelo silêncio como arma no conflito com o governo federal. Segundo Hilsenbeck Filho (2007), os zapatistas por algumas vezes silenciaram-se como forma de demonstrar a falta de diálogo sincero por parte do governo – em casos de não cumprimento de alguns acordos – e para não cair em uma repetição e desgaste da palavra, às vezes, preferindo que a realidade, e o tempo, demonstrem as reais intenções e práticas do governo.

É importante enfatizar que o EZLN não aspira tomar o poder e se instaurar como um exército revolucionário.

Isso, segundo eles, seria o fracasso do movimento como opção de idéias, de organização e concepção social, que deve conter desde seu primórdio a real participação da comunidade como ator nas tomadas de decisões. Esse é um exército que luta pela autodissolução, pelo seu próprio fim, mas apenas quando as condições para uma real modificação social de forma pacífica estiverem postas. (HILSENBECK, 2007, p. 147).

A prática política dos zapatistas gerou um impacto profundo na sociedade civil mexicana, por estar baseada no conceito de democracia e, segundo JOSÉ JR., 2006, por propor uma nova forma de luta política fundamentada na inclusão, como as consignas “mandar obedecendo”, “servir y no servirse” ou “para todos todo, nada para nosotros” que se concretizam na proposta “queremos un mundo donde quepan todos los mundos”. Por isso, em seus discursos, os guerrilheiros não enfatizam apenas à causa indígena, remetendo-se também aos homossexuais, à liberdade das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, enfim, de todos os excluídos desse sistema social.

Apesar da sua base rural e das suas raízes indígenas, os insurgentes do EZLN travaram uma guerra contra a desinformação por meio das palavras – mesmo que em seu primeiro momento, tenham feito o uso da força para chamar a atenção do Estado para a causa indígena. Mesmo possuindo um exército com considerável poderio bélico e guerrilheiros treinados com base nas táticas de guerra norte americana, os rebeldes mexicanos decidiram não travar uma

guerra de movimento, e passaram a lutar com armas nunca usadas antes por movimentos de guerrilha.

Com uma guerra de posição por meio das palavras, os insurgentes zapatistas implicaram no surgimento de um conflito a nível social, envolvendo forças não-estatais, onde ativistas do mundo todo se agregaram ao movimento, por meio das redes, desenvolvendo uma verdadeira “*all channel network*”, não hierarquizada, onde não só a sociedade civil mexicana possuía pleno poder de participação na tomada de decisões políticas, como também, as populações do mundo todo.

O uso das palavras combinado com as novas tecnologias fez com que o movimento invertesse a máxima de Carl von Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios. No caso dos rebeldes zapatistas, a política foi a continuação da guerra por meios pacíficos.

CONCLUSÃO

Ao se utilizarem da internet como ferramenta de guerra, os insurgentes zapatistas furaram o bloqueio informativo e se tornaram o primeiro movimento de guerrilha a vivenciar uma “social netwar”, de proporções globais. Ao travarem um conflito virtual contra o governo Mexicano, culminando em uma verdadeira guerra contra a desinformação, onde os rebeldes desmentiam as notícias manipuladas pelo governo e possibilitavam às pessoas do mundo todo o acesso às informações, o movimento adquiriu milhares de simpatizantes ao redor do mundo, os quais ajudaram os insurgentes a pressionar o governo a tomar alguma atitude em relação à situação de miséria e descaso em que os indígenas e camponeses estavam vivendo.

A internet mudou completamente o rumo das relações sociais em todo mundo e tornou-se uma poderosa ferramenta de organização política da sociedade. A criação de sites de compartilhamento proporcionou a milhares de usuários não apenas um maior acesso à informação, mas também à produção de conteúdo de diversos tipos por parte de qualquer cidadão. Em decorrência disso, passou-se a utilizar as redes para criticar regimes autoritários, lutar pelos direitos humanos e por liberdade de expressão.

Em Cuba, onde se observa a presença de regime autoritário há décadas, Yoani Sánchez, jornalista cubana, ganhou fama internacional ao criar um blog em que faz inúmeras críticas à situação social de Cuba e ao regime de Fidel Castro e seu sucessor, Raúl Castro. A visibilidade internacional que ganhou publicando os seus artigos na *web* pode ter sido um dos motivos pelo qual Yoani não foi seriamente retalhada pelo governo autoritário, em sua luta por liberdade de expressão.

Pode-se utilizar, também, como exemplo de uso diferenciado da mídia, os eventos ocorridos na Primavera Árabe. Como visto recentemente, tornou-se manchete em todo mundo, o poder que a sociedade civil exerce contra os ditadores, ao lutar por democracia, conseguindo a queda, por exemplo, do ditador da Líbia, Muammar Kadafi. Em meio às repressões por parte dos governantes, vários cidadãos publicaram vídeos e mensagens em redes sociais como o Twitter e o Facebook, além do site de compartilhamento de vídeos, o Youtube, para chamar atenção do mundo e furar o bloqueio informativo imposto pelos ditadores. No caso da Tunísia, as redes sociais serviram de palco para a organização de manifestações que levaram a população em massa para as ruas, para exigir mudanças estruturais na política, na sociedade e na economia.

No caso dos rebeldes Zapatistas, além de toda a visibilidade internacional e do apoio recebido não só por particulares, mas também por ONG'S, estudantes e intelectuais de várias partes do mundo, a utilização das redes como ferramenta de luta desviou completamente o potencial ciclo de violência que o movimento poderia vir a desenvolver – devido a sua base rural densa, a distância entre a sua cultura indígena e a cultura instaurada pelo governo neoliberal, e o corte dos canais de diálogo por parte do governo – tornando-os um movimento de guerrilha com características pacíficas, nunca antes vistas. Ao se utilizar da internet, o EZLN desenvolveu novos canais de diálogo político, em que a sociedade civil se sentiu a vontade para se integrar e participar dos processos de tomada de decisão política, além de criar uma rede de solidariedade internacional, agregando vários ativistas do mundo todo ao movimento, para sitiar o aparelho do Estado com uma contra-hegemonia a nível global.

Dessa maneira, percebe-se que, por meio de uma “*social netwar*”, essa rede ativista passou a desafiar o governo em um espaço público e democrático – ou seja, a internet – e passou a contestar todos os efeitos negativos do liberalismo, demandando aos governos soluções para os problemas sociais debatidos e, principalmente, que passassem a olhar para as suas minorias, que por tanto tempo, vinham sofrendo com o descaso. O grupo, por intermédio do seu porta-voz Subcomandante Marcos, passou a falar por – e para – todos aqueles que se consideravam negligenciados e esquecidos, tais como negros, homossexuais, mulheres e índios. Assim, o EZLN apoiou e recebeu o apoio de ativistas de várias causas sociais de diversas partes do mundo.

Pode-se concluir, com isso, que a bem sucedida estratégia de comunicação dos rebeldes zapatistas de desenvolverem uma comunicação autônoma para difundirem a sua ideologia, seus comunicados e as causas da insurgência, permitiu ao EZLN ultrapassar as barreiras da mídia nacional – que em grande parte, era manipulada pelo governo – e tornar-se referência para os demais movimentos globalistas que começaram a surgir posteriormente, como vimos nos casos cubano e árabe. Ademais, o bom uso da palavra não somente em seus comunicados, mas também através de poesias, histórias repletas de mitos indígenas e os quadrinhos com personagens marcantes, fizeram que, ao poucos, a cultura maia chamasse a atenção não apenas dos adultos, mas também das crianças. Com isso, por meio de uma guerra de posição, o EZLN conseguiu finalmente agregar parte da sociedade civil ao movimento, além de resgatar a cultura indígena, que há tanto tempo vinha sendo marginalizada pelo processo de modernização e desenvolvimento do país.

Por envolver forças não-estatais, onde os protagonistas usam formas de redes organizadas para relatarem doutrinas e estratégias – além de promoverem debates e

combinarem manifestações e protestos no âmbito local –, esse modo de conflito a nível nacional, denominado “*netwar*”, se tornou uma importante ferramenta de luta por direitos sociais no século XXI.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, Abigail. *Constructing Mutuality: The Zapatista's Transformation of Transnational Activist Power Dynamics*. University of Miami. 2010.
- BIZ, Osvaldo. O México no NAFTA: negociação de igualdade entre desiguais? FFCH. *Revista da ADPPUCRS*. Porto Alegre, n.5, p. 101, dez. 2004.
- CARNOY, Martin; *Estado e Teoria Política*. 4. ed. São Paulo, Papirus, 1994.
- CARRARA, Douglas. *A Rebelião Indígena em Chiapas*. 2006. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=12732> Acesso em: nov. 2011.
- CARVALHO, Nelson Rojas. *Do Pri ao sistema plural na Transição Mexicana*. Lua Nova, n. 40/41, p. 97-111, 1997. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n40-41/a05n4041.pdf>> Acesso em: jan. 2012
- CASANOVA, Pablo Gonzáles. *Causas da rebelião em Chiapas*. Universidade Autônoma do México (UNAM). 2006.
- CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. São Paulo. Fontes. 1979.
- COX, Robert W. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. Millennium: Journal of International Studies v. 10, n.2.
- CRESPO, Regina Aída. Chiapas: o movimento indígena armado no panorama político e econômico no México. *Terra Indígena*, Araraquara, ano 13, n. 80, p. 31-45, 1996. Número especial.
- ESPINOSA, Felipe Ávila. *As Origens do Zapatismo*. México: El Colegio de México, 2001.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- FUSER, Igor. *México em transe*. 2.ed. São Paulo. Scritta, 1996.
- GENNARI, Emilio (Org). *Terra e Liberdade! O grito de Zapata corre o mundo*. Campinas, 2000.
- HILSENBECK, Alender Maximilian Filho. *Abaixo e à Esquerda: Uma Análise Histórico-Social da Práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília. 2007.

BISCO JUNIOR, José Gaspar – *Nas trincheiras da mídia: a utilização da internet na divulgação do EZLN*. Disponível em: <<http://www.anphlac.org/revista/revista5/revista.html>> Acesso em: fev.2012.

LAITIN, David. D. *Critical Comparisons in Politics and Culture*. Cambridge University Press. 1999.

LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa: Asa, 1997.

MANJIKIAN, Mary McEvoy. *From Global Village to Virtual Battlespace: The Colonizing of the Internet and the Extension of Realpolitik*. International Studies Quarterly. 2010.

MARTINELLI, Dante P. *Negociação Internacional*. Globalização – O Novo Contexto Econômico Mundial. São Paulo. Atlas, 2004.

MONTEIRO, Débora Cristina; SILVA, Felipe Rodrigo Souza. *Interpretação Geohistórica do Movimento Zapatista*. Instituto de Geociências – UFF. Rio de Janeiro. 2010.

MUÑOZ, Cristobal. A marcha zapatista. In: BRIGE, M F.; DI FELICE, M. (Org.) *Votán-Zapata: A marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã, 2002, p. 15-28.

NASCIMENTO, Priscila da Silva. *O Neoliberalismo no México e a Emergência do Movimento Zapatista*. Marília, Universidade Estadual Paulista. 2008.

SILVESTRE NETO, Wilson Silva. *EZLN: Luta Armada e Pluralidade Política*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. 2000.

ORTIZ, Pedro. Ya Basta! *Atenção*, ano 2, n.8, p.40-42, 1996.

ORTIZ, Pedro Henrique Falco. *Das montanhas mexicanas ao ciberespaço*. Dossiê América Latina. Estud. Av. vol.19 no55. São Paulo Sept/Dec. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300012> Acesso em: nov. 2011

PASSETTI, Gabriel. *México, da "Ditadura Perfeita" à "Democracia Americana"*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2002.

POKORSKI, Guilherme de Oliveira. *Análise do discurso Zapatista: o conceito de democracia nos comunicados do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1994 – 2005)*. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PRADO, Adonia Antunes. *O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul*. Estudos Sociedade e Agricultura, 20, abril 2003. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/vinte/adonia20.htm>>. Acesso em: dez.2011.

RAMOS, Leonardo César Souza. *A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma*

Perspectiva Neogramsciana. Dissertação (Mestrado) Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro. 2005.

RONDFELDT, David; ARQUILLA, John. *The Zapatista Social Netwar in Mexico*. Rand Arroyo Center. 1999.

RUBIM, Albino Canelas. *A comunicação e a política dos neo-zapatistas*. Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/compolitica/textos/neozapat.htm>>. Acesso em: jan.2012.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *Chiapas: O paramilitarismo como vetor da guerra de contra-insurgência*. Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/01/301651.shtml>>. Acesso em: fev.2012.

SANTIAGO, Robson. *O Porfiriato*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.

TEAO, Kalna Mareto. *Chiapas: a difícil inserção no mundo contemporâneo*. Trabalho de conclusão de curso – História. Universidade Federal do Espírito Santo. 2000.

WOMACK JR, John. *Zapata e a Revolução Mexicana*. São Paulo: Edições 70. 1968.